

**FACULDADE DMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

THAMIRES COSTA RODRIGUES LIMA

O ACORDO DE DAYTON:

Um estudo de caso sobre o processo de statebuilding da Bósnia-Herzegovina

Recife

2017

**FACULDADE DMAS DA INSTRUÇÃO CRISTÃ
COORDENAÇÃO DE RELAÇÕES INTERNACIONAIS
BACHARELADO EM RELAÇÕES INTERNACIONAIS**

THAMIRES COSTA RODRIGUES LIMA

O ACORDO DE DAYTON:

Um estudo de caso sobre o processo de statebuilding da Bósnia-Herzegovina

Monografia desenvolvida pela aluna Thamires Costa Rodrigues Lima, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva

Recife

2017

Catálogo na fonte
Bibliotecário Ricardo Luiz Lopes CRB/4/2116

L732a Lima, Thamires Costa Rodrigues.
O acordo de Dayton: um estudo de caso sobre o processo de
statebuilding da Bósnia-Herzegovina / Thamires Costa Rodrigues
Lima. – Recife, 2017.
61 f.

Orientador: Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva.
Trabalho de conclusão de curso (Monografia – Relações
Internacionais) – Faculdade Damas da Instrução Cristã, 2017.
Inclui bibliografia

1. Relações internacionais. 2. Acordo de Dayton. 3. Statebuilding.
4. Resolução de conflito. I. Silva, Antonio Henrique Lucena. II.
Faculdade Damas da Instrução Cristã. III. Título.

327 CDU (22. ed.)

FADIC (2018-141)

THAMIRES COSTA RODRIGUES LIMA

O ACORDO DE DAYTON:

Um estudo de caso sobre o processo de statebuilding da Bósnia-Herzegovina

Monografia desenvolvida pela aluna Thamires Costa Rodrigues Lima, orientada pelo Prof. Dr. Antonio Henrique Lucena Silva e apresentada ao Curso de Relações Internacionais da Faculdade Damas da Instrução Cristã como requisito final para obtenção do grau de Bacharel.

Aprovado em: ____ de _____ de ____.

BANCA EXAMINADORA

Maurício Wanderley - FADIC

Jeanete Viegas - FADIC

Antonio Henrique Lucena Silva - FADIC
Orientador.

“Strength will find you sooner than you ever thought it would”

(The Maine)

Agradecimentos

Agradeço a minha família pelo apoio incondicional ao longo dos anos, dividir essa vitória com vocês é um privilégio. Aos meus amigos, agradeço pela companhia e amizade, principalmente nos tempos difíceis. Ao meu orientador, Antônio, agradeço principalmente pela paciência.

RESUMO

Este trabalho preocupar-se em analisar todo o processo que envolve o Acordo Geral para a Paz na Bósnia Herzegovina, que deu fim à guerra que se estendeu de 1992 a 1995, com a dissolução da Iugoslávia, buscando compreender o processo de negociação e o os efeitos posteriores da sua assinatura. A monografia é desenvolvida e fundamentada sob a teoria de resolução de conflito e suas técnicas, levando em conta o seu contexto histórico, a reação dos atores internacionais e refletindo sob os métodos utilizado parra o processo de peacebuilding e statebuilding para entender a situação atual do país estudado.

Palavras-chave: Acordo de Dayton. Statebuilding. Resolução de conflito.

ABSTRACT

This work is concerned with examining the whole process involving the General Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina, which ended the war between 1992 to 1995 with the dissolution of Yugoslavia, researching the negotiation process and the subsequent effects of its signature. The monograph was developed and grounded under the conflict resolution theory and its techniques, taking into account the historical context, the reaction of the international actors and its reflection on the methods used in the peacebuilding process and statebuilding to understand the current situation of the country studied.

Keywords: Dayton Agreement. Statebuilding. Conflict resolution..

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Balança Comercial da Bósnia e Herzegovina

46

Lista de abreviaturas e siglas

ACNUR	Alto Comissariado das Nações Unidas para os Refugiados
CARDS	Community Assistance for Reconstruction, Development, and Stabilisation
DPA	Dayton Peace Agreements
EAR	Escritório do Alto Representante
EUFOR	European Union Force
FMI	Fundo Monetário Internacional
HDZ	Hrvatska Demokratska Zajednica Bosne i Hercegovine
IDP	Internally Displaced People
IFOR	Implementation Force
OSCE	Organização para a Segurança e Cooperação da Europa
ONU	Organização das Nações Unidas
OTAN	Organização do Tratado do Atlântico Norte
PIB	Produto Interno Bruto
PIC	Peace Implementation Council
SAA	Stabilisation and Association Agreements
SDA	Stranka demokratske akcije
SDS	Srpska Demokratska Stranka
SFOR	Stabilisation Force
UNPROFOR	Forças de Proteção das Nações Unidas
URSS	União das Repúblicas Socialistas Soviéticas
USAID	United States Agency for International Development

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	12
2 A TEORIA DO CONFLITO	13
2.1 O conflito e suas características	14
2.2 Resolução de conflitos: métodos e procedimentos	17
2.2.1 Resolução baseada em recursos e a teoria realista	20
2.2.2 Mediação	20
2.2.3 Resolução de conflitos baseado na identidade	21
2.3 Implementação da paz	22
2.3.1 Agenda Para Paz	23
2.3.2 Críticas	24
3 DA CRISE POLÍTICA NA REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA DA IUGOSLÁVIA AO ACORDO DE DAYTON	26
3.1 O Esfacelamento da Economia da Iugoslávia	26
3.2 A crise política: da morte de Tito ao nascimento de discursos étnico nacionalistas	28
3.3 As Guerras	31
3.4 A reação internacional	33
3.5 Tentativas de implementação da paz e o Acordo de Dayton	36
3.5.1 A negociação de Dayton	38
3.5.2 O Acordo e seus anexos	39
4 PÓS DAYTON: A DIVISÃO DA BÓSNIA, DEMOCRACIA, ECONOMIA, REFUGIADOS E A UNIÃO EUROPEIA	41
4.1 Democracia liberal na Bósnia-Herzegovina	42
4.2 Capitalismo e a economia de mercado	46
4.3 Refugiados e deslocados internos	48
4.4 O Alto Representante para a Bósnia-Herzegovina e a Agenda 5+2	53
4.5 O processo de entrada na União Europeia	54
5 CONSIDERAÇÕES FINAIS	56
6 REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICA	59

1 INTRODUÇÃO

O conflito é tido como algo inerente a natureza humana, sendo então visto como uma constante durante a história humana, e presente desde o seu primórdio. Eventos como a Guerra do Peloponeso, a Guerra dos Cem Anos, as Guerras Napoleônicas, e a Primeira e Segunda Guerra ilustram bem tal ideia. Portanto sendo um acontecimento que precisa ser estudado profundamente, levando em considerações suas características, modelos, causas, como prevenir sua escalção para patamares onde a violência é usada, e como resolve-lo e impedir a sua recorrência.

O aprimoramento destas pesquisas ocorre após a primeira guerra mundial, acontece principalmente pela busca de tentar entender as razões da grande guerra, seu escopo em números de mortos, tamanho, e analisar o seu resultado. Examinando os custos do conflito e a balança de poder instaurada no pós-guerra. É assim que há o desenvolvimento dos estudos de Relações Internacionais, que depois do conflito se estende para compreender o papel do Estado, que fica como cerne não só do processo de guerra, mas como agente primordial em todas as relações.

Essa visão vai atravessar as décadas, sendo modificada lentamente pelo advento de diversas escolas, como a realista, liberal – principalmente no período entre guerras, e sendo modificada apenas no pós-guerra fria. Com o aparecimento de novos sujeitos internacionais, como órgãos internacionais e atores beligerantes, e a mudança na forma de conflitos.

A Guerra da Bósnia então pode ser tipo um exemplo, não só das mudanças inseridas na questão dos confrontos, mas também das alterações ocorridas no sistema internacional com a dissolução da União das Repúblicas Socialista Soviéticas, e, portanto, com o fim da cortina de ferro e da guerra ideológica entre as grandes potências da época, que gera uma nova onda de democratização entre as antigas repúblicas.

A ruína da República Socialista Federativa da Iugoslávia no ano de 1992 é o que catapultou o conflito bósnio, que se prolongou durante três anos, tendo seu fim em 1995 com a assinatura do Acordo de Dayton. Chancela essa que não ocasionou apenas o fim da batalha armada entre as partes, mas que também determinou todo um processo de intervenção internacional para implementar o que foi denominado de paz duradoura no território da Bósnia-Herzegovina.

A Guerra, ocasionada por diversos fatores, em primeiro momento foi vista como uma guerra civil pela comunidade internacional, que só vai agir fortemente para o fim do conflito com a eminência da limpeza étnica e a perpetuação do genocídio bósnio, com o massacre de na cidade de Srebrenica, região que até então era protetorado da Organização das Nações Unidas.

Essas ações mais efetivas com o auxílio militar da Organização do Tratado do Atlântico Norte se dão principalmente pela falha da diplomacia europeia que vinha intervindo na região antes mesmo da fragmentação da RSFI, e também, remodelando as ações da OTAN com o fim da guerra-fria, dando um novo escopo para a organização.

É o uso desses métodos bélicos atrelado com o progresso da ferramenta diplomática encabeçada pelos Estados Unidos da América que abre o campo de negociação para o Acordo de Dayton e seus anexos. Sendo assim extremamente importante uma análise sobre o acordo e o envolvimento da comunidade internacional para a implementação da paz, e entender a intervenção no Estado da Bósnia-Herzegovina por meio de órgãos como o alto representante até os dias atuais.

O Acordo de Dayton é então o instrumento de estudo deste trabalho, que possui o intuito de verificar a efetividade da implementação da paz levada a cabo pelo acordo, levando em conta seu histórico, o progresso do seu contexto de negociação, e averiguar a sua efetividade.

2 A TEORIA DO CONFLITO

Durante todos os períodos históricos há acontecimentos que podemos classificar como conflitos. Eventos esses que muitas vezes são tidos como inerente a existência humana. Hobbes (2008), por exemplo, classifica a natureza humana inclinada para o conflito em seu estado de natureza, portanto o processo de conflito seria algo presente e costumeiro.

O conflito pode então ser considerado como uma interação social e ocorre quando grupos entram em choque pelos mesmos recursos (BOBBIO, 2008). Assim como Bercovitch (1984) afirma que o conflito é um fenômeno natural para a sociedade, sendo inevitável na vida social, e para o autor toda a competição em torno de bens tem potencial para se desenvolver e se tornar um conflito. Porém é necessário diferenciarmos o progresso de um conflito com o progresso de uma simples e mera disputa, o conflito de fato pode ter seu ponto de partida em um processo de concorrência, porém elementos como hostilidade entre os grupos é uma característica fundamental para distinguirmos o desdobramento de um conflito de uma competição.

Segundo Bartos e Wehr (2002) conflitos podem ser analisados como indicadores sociais, já que apontam uma assimetria presente na sociedade e o crescimento de hostilidade entre os grupos. Analisar então o processo de escalada do conflito e suas fases se torna de extrema importância, entender o que gera e o que amplifica o encadeamento do atrito entre grupos é extremamente necessário para promover a sua resolução, prevenir o avanço do mesmo a níveis de guerra e a sua recorrência.

O estudo da paz e resolução de conflitos então vai ser pautado dentro desse propósito: buscar soluções por vias pacíficas e de maneira efetiva. A elaboração e o aprofundamento de mecanismos extensos se tornam ainda mais necessário com a mudança de características do conflito, de interestatais, envolvendo primordialmente os Estados como atores, para intraestatais, envolvendo a população civil e grupos insurgentes. Para proporcionar a resolução satisfatória é imprescindível o conhecimento do conflito, de suas características e peculiaridades.

2.1 O conflito e suas características.

Antes de abordarmos os métodos de resolução de conflitos é necessário compreender os fatores específicos que levam ao choque entre grupos e a mudança de comportamento. É

imprescindível entender o conflito, suas fases e o encadeamento de ações no processo de escalada, para assim entender a jornada até o patamar em que é verificado o uso da violência por exemplo.

Como já abordado nesse texto, é necessário entender o conflito como forma de interação entre grupos, principalmente no que tange seu caráter social e político. Devemos então observar esse tipo de acontecimento como um evento social que possui o caráter patológico (BOBBIO, 2008), servindo de indicador social (BARTOS; WEHR, 2002) e como agente de mudança (SPINI; ELCHEROTH; BIRUSKI, 2014), porém nem todos os conflitos vão se desenvolver para o patamar onde a violência é usada, ou se prolongar ao nível de guerra gerando altos custos para a sociedade.

Porém o conflito em si não pode ser confundido apenas com a sua manifestação, seja agressão ou o ódio entre grupos, como argumenta Galtung (1976), já que as convicções entre grupos podem durar mais que o conflito em si, ou seja, os discursos e a imagem elas permanecem mesmo após a sua resolução. Isto pois a violência de forma direta pode cessar com o fim do conflito, porém as imagens e memórias criadas durante os tempos de hostilidade produz material suficiente para a violência cultura e estrutural, completando o triângulo da violência proposto pelo autor.

A manifestação se caracteriza não só por essas duas facetas, pelo ódio ou violência, a manifestação ocorre quando uma ou mais partes envolvidas age para modificar o comportamento do outro grupo para assim conseguir o seu objetivo. A declaração do conflito pode ocorrer através de procedimentos de negociação e benefícios, como também por vias violentas que envolvem a coerção (KRIESBERG; DAYTON, 2012).

Segundo Mares (2001), conflito direto é precedido por uma barganha, isso pois de acordo com ele, tomadores de decisões vão avaliar as consequências da escalada e os custos deste conflito. Se a ponderação for positiva o então conflito pode acontecer, dependendo da sua manifestação, que pode ocorrer com a ameaça do uso de coerção, sendo ela envolvida no processo de barganha, para fazer com que o oponente mude a sua ideia do conflito e os seus custos (OTMAR e BARTOS, 2002).

Para a manifestação ocorrer é necessário a concepção de que existe a incompatibilidade de objetivos, isto é, quando as partes acreditam que é impossível de ambas alcançarem o seu propósito ao mesmo tempo, exemplificando então o jogo de soma zero (OTMAR e BARTOS, 2002; KRIESBERG e DAYTON, 2012), isso se dá pelo problema da escassez nos recursos. Contudo além desses dois fatores, a incompatibilidade, a ideia, e a manifestação, a execução

para conseguir suas metas, depende da hostilidade, o sentimento e a criação de discurso de que o outro é o seu inimigo.

A hostilidade se caracteriza como um comportamento não racional que intensifica o processo de escalada e o comportamento dos grupos para com o conflito, muitas vezes transformando a meta inicial que ocasionou o desencadeamento, e o novo objetivo torna-se a destruir o inimigo, muitas vezes levado a cabo em casos em que ocorre limpeza étnica e genocídios (OTMAR e BARTOS, 2002).

Outro elemento que temos que levarem consideração é o poder de paridade entre os grupos, segundo Reed (2000) a escalada do conflito só ocorrerá se houver a possibilidade de mudança do *status quo*, ou seja, se um dos grupos acreditar que tem o poder para promover uma resolução satisfatória para o seu grupo e decide mostrar sua força, explicitamente ou não, expondo sua potência militar e suas opções (DIXON, 1996). Porém se os dois grupos possuem capacidades semelhantes a escalada para níveis de guerra provavelmente não ocorrerá, pois, os custos do conflito e da guerra seriam muito altos para ambos.

É notável que o conflito não é inerte, há diversos estágios e níveis de interação entre os integrantes, que caracterizam a escalada ou a redução progressiva do conflito e da interação violenta entre as partes. Assim como o incremento da severidade do conflito, e o aumento do uso da força militar. Enquanto o processo de conflito não é irremediável, o processo de escalada é, sendo então possível de ser evitável para um grau onde a violência em massa é notada (DIXON, 1996).

O entendimento fornecido pela ideia de competição por recursos, tangíveis ou intangíveis, e da evolução da hostilidade, e escalada são fundamentais. Tendo em vista que ao analisarmos os conflitos não podemos explicar o processo de escalada e violência unicamente pelo viés que assume que diferenças étnicas e culturais (CARNAGIE CORPORATION OF NEW YORK, 1997) são *hard facts*¹ (SPINI, ELCHEROTH E BIRUSKI, 2014), o que não é o que ocorre com a cultura, já que a mesma é maleável e é transmutável, sendo moldada pelos seus participantes ao decorrer do tempo, e que conflitos deste tipo são irremediáveis. É claro que o processo cultural e os valores de cada grupo vão ser importantes, assim como a narrativa criada sobre eles, porém durante o conflito é comum que os grupos participantes criem discursos sobre a sua atitude pautado no comportamento do outro, que inúmeras vezes não é totalmente verídico (KRIESBERG; DAYTON, 2012).

¹ Fatos que são fixos e não multáveis, que demoram um grande período de tempo para se modificar.

O papel da cultura e da identidade vai se tornar cada vez mais importante na resolução de conflitos, já que com o fim da Guerra Fria há uma mudança em como ocorre os conflitos, já que há um processo para preencher o vácuo de poder com as mudanças ocasionadas pelo colapso da União Soviética, como afirma Lederach (1999) a mudança não ocorre só em números, mas mudanças geográficas e em modos. E é com essas alterações que ocorre uma expansão na área de estudos da paz e conflitos, não só com o aumento da produção, mas também a criação de novos métodos de análise e ferramentas para uma resolução mais eficaz.

2.2 Resolução de conflitos: métodos e procedimentos

Mudanças de caráter mundial como a globalização, que ocasiona o enfraquecimento de fronteiras, e o avanço de tecnologia, faz com que o modelo clássico de resolução se torne ineficaz de acordo com Rothman e Olson (2001), já que não são o mesmo tipo de conflito, e nem lidam da mesma maneira com a estrutura do sistema internacional e com o poder político. O modelo clássico, pautado na teoria de equilíbrio de poder, que segundo Galtung (1976), é adotado com medidas desagregadoras, que podem colocar o fim no conflito direto e violento, porém não lida com o aspecto de violência estrutural ou cultural, presentes na análise do autor.

Isto é o modelo baseado em recursos e interesses unicamente não vão ser suficientes para transformar as consequências do conflito, tendo em vista que o conflito pode iniciar por escassez de recursos, mas pode se transformar com o processo de escalada e aumento da hostilidade entre grupos. É necessário então uma nova abordagem atrelando esses métodos com o conceito de identidade, um fator de intensa relevância. Isso porque os modelos clássicos de implementação da paz falham em lidar com as memórias, imagens e símbolos criados no período de violência (GAWERC, 2006).

Ambos os paradigmas citados, o de recursos e interesses, logo não são capazes unicamente de implementar de fato a paz e prevenir a reincidência do conflito. Esses modelos clássicos visam apenas a cessação da violência direta e não mudam a base econômica, social e psicológica. O objetivo da resolução de conflitos se torna então, de fato transformar a sociedade e modificar a estrutura, tendo em vista a justiça, equidade e cooperação para transformar as memórias produzidas no processo de guerra (GAWERC, 2006). Logo se trata de um mecanismo de mudança estrutural de longo prazo, prevenindo a recorrência do conflito e que geralmente engloba o processo de *peacemaking*, *peacekeeping*, *peacebuilding*.

Como explanado neste texto a escalada da violência entre grupos não vai ser apenas determinado pela identidade, porém é um elemento chave na análise, já que ela é usada para

maximizar o conflito e a hostilidade, posto que em momentos de violência, os grupos se tornam vulneráveis e com consequência disso mais suscetíveis para ser usados pelos líderes políticos, por exemplo, que tendem a reforçar a ideia de identidade e do discurso de diferenças entre os participantes do conflito, argumentando que proteger a identidade se torna uma questão de segurança como afirma Lederach (1999):

In situations of armed conflict, people seek security by identifying with something close to their experience and over which they have some control. In today's settings that unit of identity may be clan, ethnicity, religion, or geographic/regional affiliation, or a mix of these [...] The consequence is the breakdown of centralized authority and, in some instances, state infrastructure. More importantly, however, the process by which this happens has its roots in longstanding distrust, fear, and paranoia, which are reinforced by the immediate experience of violence, division, and atrocities. (LEDERACH, 1999, p.13) ¹²

Mesmo com as alterações a resolução de conflitos está extremamente interligada com o envolvimento de terceiros, seja de forma direta, ou através de organizações internacionais, para diminuir o processo escalada ou desvia-lo (DIXON, 1996). Porém esse envolvimento colide diretamente com a legitimidade, e, portanto, precisa possuir fundamentado, no caso da intervenção é necessário o consentimento da parte envolvida. A necessidade da concordância da parte envolvida se baseia no princípio da imparcialidade, respeito mútuo, uso mínimo da força, credibilidade e transparência segundo a Organização das Nações Unidas (ONU), enquanto o processo de intervenção vai ser fortalecido com o compromisso que é a responsabilidade de proteger.

E após a legitimação da intervenção, a questão se torna como atuar no conflito e como moldar uma estratégia justa e como executa-la de acordo com sua posição, a de terceiro não envolvido no conflito, de maneira que mantenha o princípio da imparcialidade. Conforme Galtung (1976) o envolvimento de terceiros é diretamente ligado com a elevação do assunto na pauta da agenda internacional. Desse modo então, ao mesmo tempo que o envolvimento de terceiros amplia a importância do conflito, tornando-se uma prioridade para os agentes internacionais, ele muda o procedimento de barganha. Isso se torna um empecilho no papel de

² “Em situações de conflito armado, as pessoas procuram segurança se identificando com algo próximo a sua experiência e sobre as quais eles possuem algum controle. Na atual configuração, essa unidade indenitária pode ser através de clãs, etnia, religião, ou geográfica/regional, ou uma mistura destas. [...] A consequência é quebra da autoridade central, e em alguns casos, quebra da infraestrutura estatal. Mais importante, no entanto, o processo pelo qual isso se origina tem raízes na desconfiança, medo e paranoia, de longa data, que são reforçados pela experiência imediata de violência, divisão e atrocidades.” (LEDERACH, 1999) – Tradução nossa

terceiros pois o custo do comprometimento faz-se mais custoso para a terceira parte. Essa realização faz com que até membros permanentes do Conselho de Segurança da ONU, em teoria os Estados que possuem força e escopo para participar ativamente como terceiros, se preocupem com o envolvimento e os seus custos (CARNAGIE CORPORATION REPORT, 1997).

É pelos altos custos do envolvimento em adição ao trâmite, segundo a lei internacional, para legitimar a intervenção que medidas precautelares como sanções e o uso da diplomacia preventiva se tornam uma ferramenta mais e mais usada para resolver conflitos. As sanções econômicas e rompimentos diplomáticos estão previstos e explicitados no capítulo VII da carta da ONU, capítulo qual lida com ações para ameaças, ruptura da paz e atos de agressões. Segundo o relatório da *Carnegie Corporation*, esse tipo de providência não vai ocasionar mudanças significativas sem ser atrelado a planos de contenções que sejam atualizados, ou seja, medidas preventivas devem ser tomadas junto com uma mudança de atitude dos próprios governantes perante o conflito.

Conforme Galtung (1976) essas medidas precisam ser atreladas ao eminente uso da força, não apenas a ameaça de usá-lo, mas sim entrelaçar a capacidade de destruir com a credibilidade de que este poder será realmente usado. Enquanto Lederach (1999) expõe os mecanismos obtidos na ideia de *realpolitik*³ e na noção de Estado, que muitas vezes falham em controlar e modificar de fato o conflito, impedindo que a implementação da paz ocorra de maneira eficaz.

Primeiramente é exposto então um problema no processo de resolução de conflitos, em primeiro lugar o debate sobre as formas e ferramentas usadas se mostra ultrapassadas, e pensada apenas para atores Estatais, que com as alterações no sistema internacional se tornam extremamente defasadas, e que muitas vezes não levam em conta o fator da identidade e como ele influencia o conflito, e quando é abordada é tida como algo inexorável, e que atrelada ao ódio é a única causa do conflito, mostrando apenas uma faceta irracional e expondo os grupos participantes como bárbaros e primitivos.

Em segundo, o envolvimento de terceiros se mostra muito mais efetivo e com melhores resultados no primeiro momento do conflito, ou seja, usado para prevenir e impedir a escalção do mesmo (CONCEIÇÃO, 2005). Porém preponderantemente, os atores só vão se envolver no conflito quando o mesmo já se desenvolveu, isso se dá por diversos fatores, tanto pela opinião

³ *Realpolitik* – realismo político baseado em considerações práticas, entrelaçado com políticas de cunho coercitivos.

pública, tanto pelo problema da legitimação, quando é necessário um maior uso da força além do mecanismo de mediação.

2.2.1 Resolução baseada em recursos e a teoria realista

Devemos levar em consideração enquanto analisamos a temática de conflito é que fontes são escassas, e que os conflitos são custosos. No modelo de resolução baseado em recursos esse raciocínio é significativo, já que grupos pressupõe que naturalmente haverá competição e conflito para obter recursos escassos, e que ele é relacionado ao jogo de soma zero (ROTHMAN E OLSON, 2001). Além disso o poder é a chave da resolução realista, assim como o Estado, o ator fundamental e muitas vezes o único. Para os realistas o conflito é resultado apenas da busca por recursos escassos. Sendo essa busca inserida no contexto de anarquia internacional, assim como o instrumento de balança de poder, o que torna o uso da força como mecanismo primordial.

Ou seja, quando há um conflito existe uma possibilidade da balança de poder ser remodelada, ocasionando assim uma mudança no *status quo*. E a intervenção por terceiros neste método serve então para remodelar o status quo, agindo de acordo com a parte mais fraca, ou agindo com a parte mais forte para conservar o status quo, porém de acordo com seus próprios interesses e sua própria agenda (CONCEIÇÃO 2005).

2.2.2 Mediação

Na técnica de mediação o papel da terceira parte é de extrema importância para promover as negociações e promover a paz. Ou seja, a mediação é encarregada de abrir um canal de comunicação entre as partes envolvidas, proporcionar um diálogo e compor um acordo que seja viável para ambas as partes, se mantendo então imparcial durante todo o processo. O principal empecilho na mediação é considerar um mediador com ambas as partes acatem e se comprometam. (CONCEIÇÃO, 2005).

Para compreendermos o procedimento da mediação temos que encarar os atores como agentes racionais, e por isso as partes beligerantes vão aceitar a mediação, pois o conflito é extremamente mais custoso. E que o mediador vai se beneficiar futuramente pela relação obtida com as duas partes. É importante frisar que no decurso da mediação não é apenas para sanar a causa do problema, mas sim, para acomodar as diferenças entre as partes (CONCEIÇÃO, 2005). Portanto durante este esforço é comum que haja acordos tidos como parciais, aonde os problemas mais contestados, podem ser omitidos para garantir o acordo de paz.

A mediação então precisa de um grau de imparcialidade, porém não precisa ser totalmente imparcial. Por exemplo, no caso que envolvam crimes contra a humanidade o mediador não pode ser completamente isento, ele tem que buscar uma maneira justa de deliberar esse conflito e levar esse ponto em consideração no desenrolamento do acordo. Porém promover o diálogo não é o único objetivo da mediação, mesmo sendo a comunicação a principal ferramenta, levando em consideração a relevância da informação e como ela pode ser propagada imperfeitamente. O segundo objetivo então durante a mediação é o de manipulação, influenciando as partes não só a aceitar a mediação como técnica mais vantajosa, e que é melhor do que a manutenção do conflito. Segundo Conceição (2005) “o mediador usa comunicação, formulação e manipulação, nesta ordem.”, a manipulação então torna-se a parte mais importante e necessária, porém o problema dessa manipulação é que intrínseco a ela está a visão do terceiro país sobre o conflito, uma interpretação distanciada e que muitas vezes não possui um total entendimento, e fazendo uma análise totalmente realista sem levar em conta o processo de identidade por exemplo.

2.2.3 Resolução de conflitos baseado na identidade

O cerne de um novo modelo de resolução de conflitos é a identidade, o processo para entender a sua influência no conflito, no processo de escalada e identidade, sua transformação durante o período violento e os resquícios no pós-conflito. E para isso é necessário abordar e entender a identidade como mutável, diferenciando então da teoria realista que a encara como *hards facts*. O método de resolução baseados na identidade estará então mais focado em como resolver o problema que gerou o conflito, porém lidando com a memória coletiva e os símbolos utilizados neste período, procurando mudar a percepção e abaixar o nível de hostilidade entre grupos, que pode se manter em níveis elevados mesmo após o esclarecimento legal.

É fundamental frisar que neste método, a identidade não é o único fator do conflito, porém é o que se conserva após o conflito, aprofundando a questão do nós versus outros, já que as identidades forjadas no conflito são de caráter exclusivo (ROTHMAN E OLSON, 2001) posto que em momento de conflito as identidades se fortalecem (LEDERACH, 1999). Rothman e Olson (2001) argumentam que as causas do conflito não são exclusivas, e podem envolver recursos, interesses e identidades ao mesmo tempo. Esse enfoque é extremamente indicado para análises de conflitos que muitas vezes são indicados como guerra étnicas. Visto que, além de

lidar com os obstáculos que levaram ao conflito também ocupar-se de trabalhar um processo de paz que leve as identidades criadas no período de hostilidades.

2.3 Implementação da paz

Os métodos de implementação da paz modificaram-se para se encaixar com os conflitos, após a guerra fria, a mudança não vem apenas através dos números, também se altera o tamanho, a função, e estratégias para as missões. Os encargos alargaram, primordialmente o que era apenas para monitoramento do cessar fogo, agora se torna para além desse fator, envolvendo também o processo de supervisão de eleições, *nation building*⁴, e outras funções. Assim como modificaram seus métodos, para mais coercitivos e diferentes estratégias (DIEHL, DRUCKMAN, E WALL, 1998) e se tornando uma ferramenta importantíssima para a segurança humana (WILLIAMS, 2012).

Em primeiro momento as missões eram majoritariamente tidas como de observações e missões tradicionais, sendo as de observações caracterizada pelo pequeno número de participantes, seguindo o acordo de cessar fogo, geralmente sem ser armado. Enquanto as missões tradicionais envolvem um número maior de pessoas na sua equipe, levemente armadas e com o objetivo de mediar e intervir no conflito, podendo ser enviada antes do termino do estado beligerante (DIEHL, RUCKMAN E WALL, 1998).

As especificações das missões de paz são largamente definidas, tendo em vista que não são totalmente delimitadas, e variando de acordo com a intensidade do conflito (DIEHL, BUCKMAN E WALL, 1998), com vários propósitos, e diversos atores (WILLIAMS, 2012). Mas entre estes objetivos, é considerável notar a transformação das operações para o âmbito civil, preservar civis então se torna uma parte integral das missões de paz (TANNER, 2010). Entretanto é significativo notar que as operações se desenvolveram para além da sua configuração atual, estabelecendo um padrão que envolve mais que estratégias, envolvendo-se com valores liberais do Oeste, se tornando uma ferramenta para estabelecer a paz liberal, e assegurando a estrutura de poder vigente, fazendo com que o papel desta região como hegemônica seja mantido (WILLIAMS, 2012).

A Nações Unidas, entretanto, define o esforço de *peacekeeping* como:

⁴ Construção ou reestruturação da nação, incluindo o desenvolvimento da infraestrutura governamental, da sociedade civil e envolvendo assistência econômica.

“an operation involving military personnel, but without enforcement powers, undertaken by the United Nations to help maintain or restore international peace and security in areas of conflict”. (UNITED NATIONS, 1991)⁵

Ou seja, de acordo com a organização, *peacekeeping* é uma das diversas estratégias para promover a intervenção em um conflito, que diversas vezes é usada por outros organismos internacionais ou regionais, este último se destacando neste processo com organizações como OTAN, União Europeia, União Africana e outras (TANNER, 2010). As missões, segundo a ONU, seguem três princípios: o consentimento das partes, a imparcialidade, e o não uso da força, que será apenas aceito em situações de legítima defesa (ONU, 2008).

A expansão e reformas ocorrem para tornar as missões mais efetivas e eficazes, para de fato implementar a paz e não apenas para criar uma barreira entre os grupos beligerantes para controle imediato da violência. Documentos como *An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping* (1992), *Brahimi Report* (2000) e a *New Partnership Agenda* (2009) corroboram com a necessidade de reformas e com a necessidade de maior envolvimento de terceiros, já que as missões são extremamente dependentes de uma cooperação e do envolvimento de países juntamente com a ONU, já que se trata de um esforço militar que é concedido aos Estados a Organização, quando levada a cabo pelos capacetes azuis. É um empenho ainda maior, quando é um esforço cooperativo entre as terceiras partes sem o envolvimento de organizações internacionais

É importante salientarmos que o Estado possui, em seu território, o uso legítimo da força e o seu monopólio, e, portanto, o mesmo é responsável em seu território por promover a paz, sendo um dos seus principais objetivos assegurar e fazer o seu próprio processo de *peacekeeping, peacemaking e peacebuilding*. Então quando o Estado falha em endossar este propósito ele será feito por terceiros, ocasionando em certo grau, a perda da soberania do Estado.

2.3.1 Agenda Para Paz

Como citado neste texto em 1992 o então secretário geral da ONU, Boutros Boutros-Ghali pública um relatório chamado *An Agenda for Peace: Preventive diplomacy, peacemaking and peace-keeping*, modificando o processo de intervenção da Organização, buscando torna-lo

⁵ “Uma operação envolvendo grupo militares, mas sem poderes de coerção, realizada pela Organização das Nações Unidas, para ajudar a manter ou restaurar a paz a segurança internacional em área de conflito.” (UNITED NATIONS, 2001) – Tradução nossa.

mais efeito, criando então o conceito de *peacebuilding*, após a verificação de que apenas a estratégia de *peacemaking* não era o suficiente para de fato estabelecer a paz.

Para Ghali era necessário então um trabalho de prevenção, identificar conflitos em seus primeiros estágios e usar a diplomacia antes do conflito se torna violento, e se ocorresse de fato o progresso da hostilidade, seria usado o método de *peacemaking*, usado para acabar com ações violentas de maneira pacífica, como o primeiro dispositivo. E a estratégia de *peacekeeping*, o uso militar para chegar a paz, seria utilizada para preservar a paz atingida pelo primeiro processo, enquanto o recurso de *peacebuilding* seria utilizado em diferentes esferas do pós conflito, tentando restabelecer o funcionamento normal das instituições políticas, econômicas e outras partes estruturais do governo, segundo os ideais liberais e democráticos.

É neste documento que Ghali sublinha o papel do Estado, ainda como principal ator das relações internacionais, e a sua preservação. Entretanto de certa forma transforma levemente o conceito de soberania dando escopo então para as missões de paz interligado com o compromisso de direitos humanos e minorias. Ou seja, um compromisso com a humanidade, que em 2005, vai ser reiterado como objetivo da ONU, e nomeado como o conceito de responsabilidade de proteger:

Respect for its fundamental sovereignty and integrity are crucial to any common international progress. The time of absolute and exclusive sovereignty, however, has passed; its theory was never matched by reality. It is the task of leaders of States today to understand this and to find a balance between the needs of good internal governance and the requirements of an ever more interdependent world. Commerce, communications and environmental matters transcend administrative borders (AGENDA PARA PAZ, ONU, 1992).

6

2.3.2 Críticas

Segundo Galtung (1976), que faz uma crítica a este processo, o objetivo do *peacekeeping*, é diminuir guerras entre Estados periféricos, tornando o processo de implementação extremamente verticalizado no cenário internacional. Fortificando a crítica de Williams (2012) e do papel liberal das missões, que segundo ambos vão servir como ferramenta do centro sobre a periferia, já que segundo Lederach (1999) os conflitos armados, no pós guerra-

⁶ “Respeito pela fundamental soberania e integridade é crucial para qualquer progresso internacional comum. No entanto, o tempo de soberania absoluta e exclusiva passou; a teoria nunca foi acompanhada pela realidade. Hoje, a tarefa dos líderes dos Estados é entender isso, e encontrar um equilíbrio entre as necessidades da boa governança interna e os requisitos de um mundo cada vez mais interdependente. O comércio, as comunicações, e os assuntos ambientais transcendem as fronteiras administrativas.” (AGENDA PARA PAZ, ONU, 1992) - Tradução nossa,

fria, vão ocorrer em territórios mais pobres, em sua maioria nos países em desenvolvimento, criando então um obstáculo na implementação da paz e na autonomia do Estado.

Um dos problemas do processo de *peacebuilding* então, é que ele segue valores liberais, que muitas vezes não se encaixa com o contexto histórico e culturais dos países que são receptores destas estratégias. Ao implementar novas instituições pautadas nestes princípios não ocorre um processo gradual de desenvolvimento político necessário para que a população se torne de fato ativa no processo político e seguir a *accountbaility*⁷ por exemplo, o que ocorreu no caso da Bósnia.

Ainda em Agenda Para a Paz, Boutros-Gahli destaca que:

The fault lies first in the lack of political will of parties to seek a solution to their differences [...] and second, in the lack of leverage at the disposal of a third party if this is the procedure chosen. The indifference of the international community to a problem, or the marginalization of it, can also thwart the possibilities of solution. (AGENDA PARA PAZ, ONU, 1992).⁸

Fazendo uma crítica as partes participantes por não explorar resoluções pacificar para os seus problemas, em seguida ele expõe a falta de iniciativa de terceiros para se envolver e resolver o conflito, e a falta de ação da comunidade internacional. Boutros-Gahli então reforça a necessidade de uma cooperação maior, para assim influenciar o desenvolvimento da mediação e negociação. Segundo ele, o processo de mediação pode trazer prestígio pessoal, como no caso da antiga Iugoslávia, com a mediação de Richard Holbrooke e Carl Bildt.

⁷ Prestação de contas, refere-se à obrigação, transparência de membros dos órgãos administrativos e representantes para com a sociedade.

⁸ “A culpa reside primeiro na falta de vontade política dos partidos de buscar uma solução para suas diferenças [...] e, segundo, na falta de alavancagem à disposição de terceiros se este for o procedimento escolhido. A indiferença da comunidade internacional para um problema, ou a marginalização, também pode frustrar as possibilidades de solução” (AGENDA PARA PAZ, ONU, 1992) – Tradução nossa.

3 DA CRISE POLÍTICA NA REPÚBLICA SOCIALISTA FEDERATIVA DA IUGOSLÁVIA AO ACORDO DE DAYTON

Oficialmente a desintegração da Iugoslávia ocorreu em 1991, formalmente com a declaração de independência da Eslovênia, Croácia, e posteriormente, da Bósnia-Herzegovina que ocasionou a maior guerra em território europeu após a Segunda Guerra Mundial, e que tem seu fim com a promulgação do Acordo de Dayton. A morte do Marechal Josip Broz Tito, em 1980, pode ser considerada como um marco no desenvolvimento da dissolução do país, porém o encadeamento que resulta na extinção da RSFI se inicia anos antes, tendo como fatores chaves a recessão econômica da época, e o estabelecimento de discursos nacionalistas.

Analisar o contexto histórico se torna imprescindível para um entendimento extenso do Acordo de Dayton, compreender como o acordo foi proposto, o progresso das negociações, e seus objetivos, para considerar de fato a sua efetividade e importância para o desenvolvimento de uma paz duradoura na região, e seu papel na criação do Estado bósnio.

3.1 O Esfacelamento da Economia da Iugoslávia

É durante os anos de 1970 a 1990 que há uma mudança significativa na economia internacional, a crise econômica na República Socialista Federativa da Iugoslávia então se maximiza com essa externalidade, que acaba potencializando os problemas da indústria do país. Questões como o aumento de preços do petróleo em 1983 e aumento dos juros americanos, também influencia diretamente, ocasionando a deterioração econômica, principalmente pelo encolhimento das exportações, principal fonte de renda do Estado até então, e logo queda das reservas internacionais do país (RAMET, 2002).

Na década de 80 o governo iugoslavo tentou promover uma aproximação de instituições internacionais, como o Fundo Monetário Internacional (FMI), em busca de alternativas para resgatar a economia nacional. Acreditava-se que os empréstimos concedidos pelo FMI seria então um meio de promover a liquidez das contas do Estado, porém, as medidas propostas pela instituição foram completamente rechaçadas nacionalmente. As negociações e a pressão do Fundo, entre os anos de 1985 e 1986, esbarram na necessidade de uma abertura de mercado e da privatização de empresas nacionais, parâmetros predominantemente liberalizantes, e medidas macroeconômicas tomadas em escala nacional (RAMET, 2002)

O recurso de medidas macroeconômicas, entretanto colidia com o sistema de autonomia elevada entre as Repúblicas Socialistas (Bósnia e Herzegovina, Croácia, Macedônia, Montenegro, Sérvia e Eslovênia) e as denominadas regiões autônomas (Província Socialista Autônoma do Kosovo e da Vojvodina) oficializado pela constituição de 1974. Esse modelo de autogoverno propiciado pela política Titoísta faz com ocorra uma descentralização do governo central, porém, promovendo a ideia de segurança para os grupos formadores da Federação, tendo em vista que eles mesmo se governavam e tinham política econômica própria de acordo com sua pauta produtiva, como por exemplo o desenvolvimento da Eslovênia e Croácia no período pré-crise com as políticas de promoção da exportação de produtos com alto valor agregado. Segundo Ramet (2002), as medidas propostas pelo Fundo, mediante a liberação do crédito oferecido, eram vistas pelo governo federal no poder como interferência no funcionamento interno da Iugoslávia.

É nos anos de 1990 que a crise econômica do país chega a seu auge. De acordo com Ramet (2002) o declínio da produção industrial chegou a níveis de 15% em Montenegro, república com o pior índice, enquanto as outras repúblicas possuíam um indicador que variava entre 13% a 10%. A Bósnia se mostrava com o menor índice, cerca de 9%, porém era a região menos industrializadas e que vivenciava a crise econômica não só pela queda da industrialização, mas também da baixa dos preços das *commodities*⁹, principal tipo de exportação da república. A diminuição da produção nas repúblicas faz com que os índices nacionais de desemprego cheguem a taxa de 17% no primeiro ano do decênio, enquanto a inflação chegava a casa de 160%.

Ao longo do governo de Ante Markovic, que permaneceu no poder entre 1989 até 1991, houve uma tentativa de estabilização econômica e reaproximação com o FMI. O programa econômico proposto pelo então Primeiro Ministro buscava a privatização e liberalização limitada do comércio internacional, da mesma maneira que promovia congelamento de salários e preços em busca de parar a inflação galopante da época. O que funcionou durante curto prazo, assim como a estabilização do Dinar e torná-la apta para a conversão, o que deu uma força artificial para a moeda, fazendo com que os lucros de exportações se tornaram menores, e o processo de liberalização apenas aprofundou a desindustrialização tendo em vista que as empresas Iugoslavas se mostravam atrasadas em comparação a competição internacional (BIEBER, GALIJAŠ E ARCHER, 2014).

⁹ Produtos de origem primária com baixo valor agregado.

A junção do crescimento da desindustrialização, desemprego e inflação mais medidas econômicas pouco eficazes em longo prazo faz com que a crise financeira se torne instrumento do discurso político. Opções como a privatização, que foi proposta na década de 80, não eram mais vistas como uma ferramenta de que de fato mudaria a situação econômica dentro deste novo contexto, fazendo com que originasse uma divisão entre os líderes políticos na Iugoslávia. A crise econômica agregada com a morte de Tito então dá espaço para vozes críticas que até então não conseguiam ter repercussões no território iugoslavo (RAMET, 2002).

3.2 A crise política: da morte de Tito ao nascimento de discursos étnico nacionalistas

Como já dito o falecimento de Josip Broz Tito, em 1980, que a situação na Iugoslávia é agravada. A evolução da crise econômica se entrelaça com uma crise política. A decadência política tem em seu cerne o problema de legitimidade, já que com a morte de Tito, se instala uma presidência rotativa entre líderes das diferentes repúblicas, que tinha apenas um ano de mandato. Essa nova estrutura, contudo, não lida com a necessidade de uma figura forte que pudesse exercer o papel de árbitro do sistema (BIEBER, GALIJAŠ E ARCHER, 2014).

A imagem de Tito se fortalece, e o transforma como mediador do sistema, é importante citarmos que posteriormente a expulsão da Iugoslávia por Stalin do grupo soviético em 1948, ocasiona diversas mudanças na Iugoslávia, deixando o país em uma posição privilegiada, sendo um Estado comunista não alinhado, consolidando a posição do então marechal. Quatro anos depois, começa uma mudança significativa na política iugoslava, medidas que geram a descentralização começam a ser feitas, aumentando a autonomia das repúblicas, promoção dos direitos iguais entre todos os nacionais, e o estabelecimento do discurso de irmandade entre os grupos étnicos, exaltando a multietnicidade da Federação (RAMET, 2002).

A estabilidade do sistema Titoísta vai ser alcançada predominantemente por meio de cotas étnicas, rotações de poder em posições estratégicas do governo e da criação do veto para as legislações federal, criado para nenhuma república ser afetada pelo poder central. Porém nem esse complexo de instituições que promoviam a equidade entre as repúblicas sobrevivem com a morte de Josip Broz Tito, em 1980, e de Edvard Kardelj, em 1979, dois símbolos que unificaram a política e que possuíam um passado de luta contra os nazistas durante a segunda guerra mundial (RAMET, 2002).

Mesmo com a instalação da Presidência Federal rotativa, buscando manter equidade entre as repúblicas, não proporcionou um consenso entre as organizações centrais, o poder regional das repúblicas, e as vozes discordantes dentro do próprio partido comunista. Segundo

Bieber, Galijaš e Archer (2014), no decorrer dos anos 80 há uma crescente desconfiança com as entidades iugoslavas, os próprios líderes partidários e a mídia acusam as maiores instituições por mal funcionalmente, não só pelo problema de coordenação política entre as regiões administrativas, mas também por problemas como corrupção e más práticas.

Graças ao vácuo de poder existente as falas dissonantes conseguem um maior espaço. Um ano após a morte de Tito por exemplo, já existiam protestos anti sérvios na província autônoma do Kosovo, que possuía em sua maioria constituinte a população albanesa. Assim, líderes como Milosevic, Tadjman e Izetbegovic, chegam ao poder mostrando o crescimento de líderes extremistas e a queda das lideranças moderadas. Milosevic, que se torna chefe do partido comunista sérvio em 1986, por exemplo, é uma figura chave na dissolução do Estado Iugoslavo, e recebe apoio de líderes militares e das posições chaves do partido comunista sérvio mesmo com sua narrativa extremamente nacionalista (MESIĆ, 2004).

A pluralidade de opiniões, entre as repúblicas e dentro do próprio partido comunista, gera um impasse político que faz com que as coalizões necessárias para a implementação de políticas nacionais, tanto no escopo econômico quanto no processo político de fato, se desfaçam. As forças federalistas propunham então a reintegração do país, com o cerceamento da autonomia das repúblicas, declarando o fim das províncias autónomas, e promovendo a quebra do veto para as legislações nacionais, esses temas ganharam força no debate. Em contrapartida do discurso que prioriza a Federação há o crescimento do nacionalismo na região, que buscava a quebra do monopólio político dos comunistas, ou seja, um processo de democratização na região, e a manutenção do status quo vigente que dava amplos poderes às repúblicas. Em 1984 os líderes do partido comunista tentam então restaurar o poder de resistência do sistema, promovendo propostas que procuravam recentralizar o governo Iugoslavo em tentativa de acabar com os impasses políticos (WOODWARD, 1995).

Em 1986 ocorre o 13º Congresso do Partido Comunista, o que apenas reforça a situação de *deadlock*¹⁰ político, já que dois anos após a propostas a discussão ainda estava em sua maioria pautada nos mesmos pontos promovido previamente. Porém em 1986 os traços de facções nacionalistas já estavam bem mais organizados e demarcado, e isso se expressa na publicação do Memorando da Academia Servia de Ciências e Artes. O Memorando SANU foi o documento base para a onda nacionalista sérvia, nele era estabelecido um programa ideológico para promover uma hegemonia do grupo nos Balcãs. É com esse documento que se oficializa a narrativa histórica de que sérvios foram as vítimas do sistema Titoísta, usando o

¹⁰ Impasse político aparentemente sem solução.

processo de mudança das fábricas da Sérvia para Croácia para exemplificar o argumento e inflamar a animosidade entre os grupos étnicos, assim como a taxa de natalidade do grupo muçulmano como algo premeditado para tornar os sérvios em uma minoria na Federação (BIEBER, GALIJAŠ E ARCHER, 2014; RAMET, 2002).

Um ano após o 13º congresso, Slobodan Milosevic assume o controle de fato da Sérvia, por via de um golpe interno, fato que foi informado por Branko Mamula, até aquele momento ministro de defesa para os outros líderes, porém pouco foi feito. Esse acontecimento impulsionou uma mudança política radical, Milosevic abandona estratégias que eram até então promovida pela Liga dos Comunistas da Iugoslávia e então promove a supressão das províncias autônomas do Kosovo e da Vojvodina e ajuda na derrubada do governo de Montenegro. Pautado na ideia do *SANU* Memorando e resgatando a ideia Grande Sérvia, argumentado que as fronteiras vigentes foram artificialmente criadas pelo governo de Tito para prejudicar e enfraquecer os sérvios. Portanto o projeto sérvio era para propagar a reunificação da Iugoslávia, porém subordinando todas as repúblicas ao interesse sérvio (BIEBER, GALIJAŠ E ARCHER, 2014; RAMET, 2002; MESIĆ, 2004).

. O nacionalismo Sérvio e Croata em crescimento, que mais tarde irá promover a independência das repúblicas, possibilita de certa forma um aumento da autonomia das repúblicas, tendo em vista que proporcionará uma isolação entre os grupos e a falta de contato cultural que até então era uma das bases do país. Ramet (2002) argumenta que a Iugoslávia vai se tornar praticamente uma confederação, tendo em vista a autonomia, o processo de autodeterminação dos grupos étnicos nas repúblicas, e assim fazendo com que o discurso de liberalização e adaptação a economia capitalista fiquem mais robustos.

No fim dos anos 80 esse encadeamento chega ao seu pico. O fortalecimento de políticas eslovenas e croatas de oposição ao governo e as instituições federais, enquanto as políticas sérvias tentam tonificar a federação, vai desencadear em um conflito armado na região. Esse processo de oposição começa com a rejeição de envio de fundos para suporte às forças militares e o apoio das regiões em desenvolvimento, usado para promover regiões mais pobres e rurais, geralmente ao sul da federação e culmina no processo de independência das repúblicas. Em 1989 é criada uma aliança entre Eslovênia e Croácia, com o objetivo de propiciar a luta pelos direitos humanos na região do Kosovo, região com a maioria albanesa, que estava sofrendo repressão desde a chegada de Milosevic ao poder, e que um ano depois perde sua completa autonomia (WOODWARD, 1995).

As eleições de 1990, a primeira eleição multipartidária, se torna então uma referência, com a vitória de partidos nacionalista nas repúblicas da Eslovênia, Croácia e Bósnia-Herzegovina, expondo a perda de poder do partido comunista e a intensificação do discurso radical. A vitória dos nacionalistas faz com que o discurso dos líderes se torne ainda mais acentuado, gerando uma maior desconfiança, já que é com esses líderes que argumentos que incitam o processo de mudança de fronteiras e encorajaram grupos étnicos em outras repúblicas a se declararem como independentes. Tudjman, por exemplo, líder dos croatas promovia um discurso vinculado a anexação do território bósnio, assim como Milosevic que pregava as mudanças das fronteiras e da devolução do território sérvio, que segundo ele foi tomado durante o governo de Tito (WOODWARD, 1995).

O desenvolvimento do nacionalismo fez com que houvesse mudança de alfabetos, a criação de uma nova bandeira da Croácia por exemplo, e também o uso da polícia croata, conhecida como guarda nacional, para reprimir a resistência servia, como para o uso como força militar no processo de independência. Esse movimento também acontece na Eslovênia, que declara sua independência em junho de 1991 originando a Guerra dos Dez dias, e produzindo o isolamento da Croácia, que logo em seguida proclama sua independência e é seguida pela Bósnia-Herzegovina (MESIĆ, 2004).

A saída de Bósnia da Federação, entretanto significava uma fragmentação na economia sérvia, diferente dos casos da Eslovênia e Croácia. A particularidade da Bósnia também se mostra em seu nacionalismo, tendo em vista que sua população era a mais fragmenta etnicamente, com grande número de sérvios e croatas, e que não havia nenhum símbolo unificador do país, então ao invés de promover a diferenciação em seu discurso, na Bósnia o nacionalismo vai manter o discurso de irmandade usado por Tito. É com a declaração de independências que acontece uma reação em cadeia, pequenos eventos e confrontos que aumentam a extrema insegurança já sentida na Iugoslávia anos antes. O confronto militar que começa na Eslovênia em 1991 se expande para a Croácia e para a Bósnia e perdura até o ano de 1995, e chega ao final apenas com a assinatura de Acordos de Dayton (WOODWARD, 1995).

3.3 As Guerras

É entre os anos de 1990 e 1991 que o governo federal da Iugoslávia promover uma grande política de desarmamento, tentando conter estrategicamente o ímpeto independente da

Croácia e Eslovênia, que negaram tal medida, enquanto a Sérvia aumentava o seu arsenal bélico (WOODWARD, 1995).

Segundo Ramet (2002) a agitação civil que leva a guerra tem seu início no Kosovo com a supressão de direitos humanos, mas a revolta se torna impossível de conter quando há o levante dos sérvios croatas em outubro de 1990. Ao longo do conflito violento há a declaração de autonomia de uma região majoritariamente sérvia na cidade de Knin. O motim sérvio teve amparo do Exército Popular da Iugoslávia, que naquele momento era controlado por Milosevic, promovendo armamento para os grupos sérvios. Assim como no território da Krajina, que também possuía maioria sérvia e buscava anexação pelo governo Sérvio.

Em maio desse mesmo ano há um confisco de cerca de 70% do armamento da Forças de Defesa do Território da Eslovênia pelo exército Iugoslavo, ato que apenas reforça o desenvolvimento do conflito armado e o clima de insegurança predominante nos Balcãs, assim como explica o número crescente de criações de milícias na região onde havia minorias étnicas. O desenvolvimento da escalada do conflito vai sempre ser presente nos discursos políticos, como por exemplo de Milosevic afirmando que servia iria anexar porções com maioria sérvia nas outras repúblicas, assim como Tudjman também procurava anexar porções da Bósnia. De acordo com Ramet (2002), Milosevic e Tudjman já haviam planejado e debatiam secretamente sobre a partilha do território da República da Bósnia.

As tentativas de salvar a Iugoslávia, entretanto ainda existiam, como por exemplo a tentativa de Izetbegovic líder Bósnio e do presidente da macedônia, Gligorov, tentando transformar a Iugoslávia em uma união de Estados independentes e soberanos, ação que foi bem reconhecida pela Comunidade Europeia que promovia a integração europeia, porém não vai ser levada a cabo. A Eslovênia e a Croácia então vão declarar independência unilateralmente, a resposta do Exército Popular da Iugoslávia é mandar tanques e helicópteros para as fronteiras com a croácia e a Eslovênia, aprofundando o conflito armado (RAMET, 2002).

A sociedade internacional, até então com uma ação tímida sobre o conflito na Iugoslávia toma a decisão de um embargo internacional as armas, com a resolução das Nações Unidas de número 713 em setembro de 1991. Negando então a independência da Eslovênia e Croácia, isso significa que para os atores internacionais era importante a manutenção da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Durante a publicação da resolução o conflito armado já havia tomado corpo, em Junho de 1991 por exemplo o Exército Iugoslavo bombardeava a Eslovênia (WOODWARD, 1995).

A Guerra então é resultante de um desenvolvimento do nacionalismo político existente na Iugoslávia, que ganhou força com a crise econômica, e de seus objetivos incompatíveis de colocar as suas metas nacionais como políticas no escopo da Federação, e mais tarde com o processo de independência, ligado a divisão territorial, e não apenas vinculada a um ódio histórico entre as etnias da região. A existência da Bósnia era o exemplo que as etnias da Iugoslávia conviviam em paz. Entretanto, o discurso internacional em sua grande maioria era vinculado ao ódio étnico, de certa forma fazendo com que pela visão internacional o conflito fosse majoritariamente visto como guerra civil, segundo Woodward (1995).

O conflito armado na Croácia tem um cessar-fogo em janeiro de 1992, promovido pela ONU com o envio de Cyrus Vance a Iugoslávia, porém ele não é duradouro tendo em vista que essa articulação geraria áreas protegidas pela ONU em territórios que até então estavam sendo contestado no processo de guerra. O cessar-fogo então não promove a paz, mas, apenas muda o campo de embate, da frente militar para o fronte político e midiático, e faz com que o conflito armado se espalhe para Bósnia e produza a maior crise de refugiados na Europa desde a Segunda Guerra Mundial.

O conflito da Bósnia será o mais violento entre o processo de dissolução da Iugoslávia. O embate entre os bósnios-sérvios liderados por Radovan Karadzic e apoiados por Milosevic, contra os bósnios muçulmanos e bósnios croatas se torna o mais prolongado na Europa desde a Segunda Guerra Mundial, e culminará em um processo de limpeza étnica e genocídio para com a população bósnia-muçulmana, com o massacre de Srebrenica. O confronto em território bósnio só chegará ao fim em 1995, com a vitória da aliança bósnio-croata e com a participação efetiva da Organização do Tratado do Atlântico Norte, com ataques aéreos significativos, principalmente com a operação *deliberate force*, que levaram os participantes ao processo de negociação que culminou em Dayton (DOBBINS et al, 2013).

3.4 A reação internacional

A resposta da sociedade internacional em relação ao conflito da Iugoslávia está totalmente ligada com a mudança no cenário internacional. As alterações causadas pelo fim da guerra fria vão se extremamente importante para a análise da situação europeia e da ação internacional, já que vai haver uma modificação no sistema de defesa europeu. Isso se dá pelo distanciamento americano na questão de segurança na região, enquanto a integração europeia se desenvolve em instituições e tenta promover o seu próprio programa de resguardo (CAPLAN, 2005).

Em primeiro momento a manutenção da Iugoslávia vai ser proposta pela comunidade internacional, como já foi citado neste texto, a resolução 713 da ONU vai tentar promover a continuação do Estado Iugoslavo, promovendo apenas um embargo e sem reconhecer as independências da Eslovênia e Croácia. O reconhecimento inicial vem do governo alemão em 1991, pautado na autodeterminação dos povos. A justificativa do reconhecimento vem pelo fato de que a internacionalização do conflito permitiria o combate do avanço das forças sérvias via intervenções de terceiros, porém esse reconhecimento é tido muitas vezes como prematuro e como fato que aprofunda ainda mais o processo de conflito violento na região dos Balcãs. É importante ressaltarmos dois fatos que influenciam a opinião alemã a favor do desmembramento da Iugoslávia, em primeiro lugar: o crescimento da sua área de influência após a reunificação. Em segundo, a Alemanha era o país que mais recebia fluxos migratórios, então o reconhecimento dos novos Estados estava entrelaçado na necessidade de acabar com a migração (CAPLAN, 2005).

Porém a vasta maioria dos membros da Comunidade Europeia era contra o reconhecimento e mais tarde contra o envio de tropas, e quando favorável como a França, a estratégia era de enviar forças de manutenção de paz, evitando qualquer envolvimento militar mais profundo. Assim como a ONU, ao implementar as Forças de Proteção das Nações Unidas (UNPROFOR), com as resoluções 743 de fevereiro de 1992 e 758 de junho do mesmo ano, que determinava o posicionamento de forças de paz em território Croata e da Bósnia respectivamente. Em seu caráter originário a UNPROFOR tinha como objetivo principal a desmilitarização e promover segurança para assistência humanitária, sem primeiramente ter negociado um acordo de paz, tornando a tropa extremamente vulnerável e que fez com que a ONU incluísse ingredientes coercitivos ao mandato original, conforme Patriota (2010).

O reconhecimento das independências da Eslovênia, Croácia e Bósnia-Herzegovina seriam reconhecidas e aceita pela ONU em 1992, enquanto a República Federal da Iugoslávia, composta por Sérvia e Montenegro era impedida de suceder as cadeiras da República Socialista Federativa da Iugoslávia. Mesmo grande parte da coletividade internacional atribuindo as atrocidades aos Sérvios, como a limpeza étnica e o aumento da instabilidade do local, por meio de sanções econômicas (resolução 757 de 1992), a negociação de fronteiras ainda era vista como algo que apenas aumentaria o conflito na região (PATRIOTA, 2010).

Conforme Patriota (2010) esse posicionamento faz com que o problema humanitário da Bósnia seja transformado em uma questão de segurança, já que as forças da nações unidas irão se estabelecer no território antes de um cessar-fogo definitivo, ou seja, antes de desempenhar

todos os processos de solução de controvérsias na região. Com o envio da UNPROFOR concebia-se uma diminuição significativa no conflito, porém a força de proteção se mostrou extremamente ultrapassada, tanto logisticamente como em questões de doutrina. A UNPROFOR consegue avanços significativos, como por exemplo a operação *deny flight*¹¹, a reabertura do aeroporto de Tuzla, um ponto vital para a gerência da assistência humanitária.

A ação da OTAN na Bósnia, durante o mandato de Clinton na presidência dos Estados Unidos da América, grande responsável pelo fim do conflito, só vai acontecer após a resolução 816 em 1993 que estabelece uma zona de interdição ao tráfego aéreo, fazendo então referência ao capítulo VII da carta da ONU e entrelaçado medidas coercitivas na atuação da UNPROFOR, ou seja, “uma modalidade de pacificação com elementos de ‘coerção consentida’” (PATRIOTA, 2010). O mandato da força de proteção da ONU então vai ser estendido por mais 6 meses, com a resolução 836 e que assegurava as áreas seguras de: Sarajevo, Bihac, Srebrenica, Gorazde, Tuzla e Zepa. Condenando a parte bósnio-sérvia do conflito por obstrução de comboios humanitários, e buscando o progresso do plano de paz Vance-Owen.

O procedimento de atuação americana em relação com a situação da Iugoslávia passa por dois períodos, o primeiro momento durante o governo de George H. W. Bush, e depois durante a presidência de Clinton. É no estágio inicial que há um distanciamento da política americana para com o conflito, o governo em poder ver a guerra na Iugoslávia como uma crise local, e como um conflito étnico que era pautado em diferenças culturais e históricas, e que, portanto, era necessário ser resolvido pelo novo sistema de segurança europeu. Isso acontece por causa de diversos fatores, em primeiro lugar a mudança do escopo de atuação americana pós guerra-fria e o fracasso da intervenção americana na Somália (POWER, 2004). A opinião pública também vai se transformar durante os períodos, já que com o processo de limpeza étnica e a cobertura da mídia faz com que a situação humanitária da Bósnia seja muito mais explorada para a população civil (POWER, 2004).

O segundo momento com o Governo Clinton mostra uma diferença de estratégia, apesar de não apoiar uma intervenção militar profunda e o envio de tropas para a região, incentiva a contenção do conflito com uma política que ficará conhecida como *lift and strike*. A medida propunha a suspensão do embargo de armas proposto pela resolução 713, para promover o armamento das forças Bósniás, buscando então a equidade entre as tropas já que a força militar da Bósnia defasada em comparação com as sérvias. E depois promover ataques aéreos

¹¹ Operação estabelecida pela Resolução 781 do Conselho de Segurança da ONU, proibindo voos militares não autorizados no espaço aéreo do território Bósnia, promovendo o monitoramento da zona de exclusão aérea, controlada pela OTAN.

estratégicos na área controlada pelos sérvios, no escopo de atuação da OTAN (POWER, 2004; OWEN, 2000).

Em 1994 entretanto foi necessário repensar os métodos usados até então para promover a segurança no território Bósnio. Forças sérvias descontentes com a ação da ONU, principalmente pelos constantes embargos e sanções econômicas promovidos pela organização e pela indicação da culpabilidade do conflito para este grupo, conseguem desestabilizar as áreas de segurança protegidas pela UNPROFOR, o que resulta em uma sanção (resolução 942) ainda mais severa. o que levou a deterioração da segurança, culminando no processo de captura de membros da UNPROFOR pela força sérvia-bósnia, ação conduzida pelo General Rako Mladic em maio de 1995, e no caso de Srebrenica (POWER, 2004; PATRIOTA, 2010).

A situação de Srebrenica, que era uma das áreas de segurança mais povoada, a cidade era protegida pelo batalhão holandês da força de proteção. Em 12 julho de 1995 teve um avanço de tropas sérvios-bósnia na região, o batalhão da ONU foi incapaz de conter o progresso das tropas, o que ocasionou a morte de homens muçulmanos na região caracterizando um processo de limpeza étnica (POWER, 2004). Em seguida o Massacre de Srebrenica, houve o segundo ataque ao Mercado de Sarajevo, em 28 de agosto do mesmo ano, ocasionando 43 mortes e deflagrando a resposta da OTAN e aliados.

A resposta então foi a Operação Força Deliberada, bombardeios da OTAN para minar a capacidade militar da tropa combatente, a operação se estendeu de 30 de agosto a 20 de setembro. *Deliberate Force* se tornará então a operação militar mais intensa da OTAN, já que o processo de expansão e intensificação ocasionou mudanças significativas, em comparação com a operação *Deny Flight*. Segundo Owen (2000) era necessário promover ataques significativos as forças sérvias, em sua grande maioria a força aérea, que era monitorado pela *Deny Flight* foi massivamente atacada, assim como outros alvos próximos a Sarajevo.

Tal iniciativa unido a pressão internacional se encerra no Acordo de Dayton, que leva a paz para o território Bósnio e estipula as fronteiras do Estado, assim como a delimitação das suas entidades.

3.5 Tentativas de implementação da paz e o Acordo de Dayton

O Acordo de Dayton tem extrema importância para história do Estado Bósnio, pois é ele que não apenas instaura a paz no território como também estabelece toda a base de funcionamento da Bósnia, servindo de constituição do país, inaugurando então um novo

patamar no processo de intervenção, onde agora não basta apenas acabar com o conflito direto armado, mas é necessário criar instituições que promovam a paz de maneira duradoura. O *General Framework Agreement for Peace in Bosnia and Herzegovina*, promulgado em 14 de dezembro de 1995, possui doze anexos, e foi assinado pelos três líderes reconhecidos, Atija Izetbegovic, presidente bósnio, Slobodan Milosevic, representando a parte servia, e Franjo Tudjman, presidente croata. Segundo Gibbs (2009), Dayton não tinha um diferencial substancial das outras tentativas de paz prévias, como por exemplo o plano Vance-Owen. De acordo com ele, a guerra se prolongou por anos por causa das adversidades entre americanos e europeus, que por muito tempo não conseguiu elucidar os esforços diplomáticos e fazer uma negociação eficaz.

Os esforços para promover o acordo de paz de Dayton em sua grande maioria foi feito por Richard Holbrooke, diplomata americano que durante a administração Clinton foi enviado para o território encarregado de acabar com a guerra, que segundo o próprio Holbrooke (1998), era o maior fracasso coletivo no Oeste desde a década de 1930, época da ascensão totalitária na Europa. O trabalho encabeçado por ele culminou em 1995, na conferência para paz, em Dayton, Ohio, na base da força aérea americana Wright-Patterson e se estendeu entre o dia primeiro de novembro até o dia vinte um do mesmo mês, no ano de 1995. É necessário destacar o processo de negociações de Dayton, por sua complexidade (CAMISAR, DIECHTIAREFF, LETICA E SWITER, 2005), e como já dito no texto, sua importância na criação do Estado Bósnia e como ele foi tido como *framework* para o novos pais e suas instituições.

Tentativas de Acordo como o plano Carrington-Cutilero, Vance-Owen e Owen-Stoltenberg todos falharam, majoritariamente pelo método de divisão da Bósnia proposto pelos planos. O primeiro, planejado pelo Lord Carrington, o então secretário do Estado do Reino Unido para Assuntos Externos e a Commonwealth Britânica, e José Cutileiro, embaixador português, proposto em 1992, na Comissão Badinter foi recusado pelo presidente Bósnio, Izetbegovic, alegando que o seu governo não reconheceria nenhuma divisão territorial da Bósnia (PATRIOTA, 2010). O plano Vance-Owen, o mais aceito pelo sistema internacional, se tornou obsoleto rapidamente pelos acontecimentos atroz na guerra da Bósnia como os métodos de limpeza étnica e genocídio (POWER, 2004). Este plano argumentava por manter a integridade território do país e dividindo a extensão entre regiões semiautônomas. Enquanto o plano Owen-Solteberg promovia a divisão do Estado em três partes étnicas, que acabou sendo rejeitado pelos *bosniacs*¹² (PATRIOTA, 2010). Apesar de Dayton não ser muito diferente

¹² Termo usado para se referir aos Bósnios-Mulçumanos.

destas propostas, e segundo Gibbs (2009) algumas até mais eficazes e que promovia o maior poder ao governo bósnio.

O agravamento para parâmetros que configuram um genocídio, os planos falhos promovidos pelos europeus, e em certo grau a opinião pública faz com que os americanos se envolvam no conflito, como já abordado a OTAN teve um papel chave no processo militar estratégico. Por isso é os americanos que também vão liderar o desenvolvimento das negociações de Dayton.

3.5.1 A negociação de Dayton

Todo o processo de negociação do Acordo de Dayton possui um alto nível de complexidade, não só pelo número de atores envolvidos no processo, mas também os seus objetivos: acabar com a guerra que se alastrava, lidar com a integridade do território Bósnio e a sua divisão, que deveria ser aceita pra não promover após um processo de repartição do território e novos conflitos e o resgate de soldados da ONU tidos como reféns pela força de Radovan Karadzic (CAMISAR et al, 2005). Conforme os autores, além das complicações técnicas, ainda havia outras barreiras na negociação, como o processo de hostilidade e criação de barreira dos participantes o que poderia obstruir o diálogo e a negociação.

O lugar da conferência de paz foi tecnicamente escolhido, em uma força aérea para corroborar a ideia do poder dos Estados Unidos e OTAN para continuar os bombardeamentos estratégicos, para controlar o acesso da mídia e informações para os chefes de Estado presentes na negociação, já que Hoolbroke acreditava que era necessário resolver o maior número de questões possíveis, afirmando que o que não fosse solucionado em Dayton possivelmente não seria decidido depois (CAMISAR et al, 2005)

A primeira estratégia de Hoolbroke, para resolver inúmeros pontos do conflito, foi de compartimentalizar os atores, dado o seu número, fazendo com que o chamado Grupo de Contato, formado por Reino Unido, França, Alemanha, Itália, Grécia e Rússia, estivesse sobre a liderança americana, para unificar as ideias dos atores, e tendo o apoio da OTAN para esforços estratégicos (CAMISAR et al, 2005). Porém os europeus não tiveram influência no processo de negociação de Dayton, assim como a ONU e seus funcionários, sendo ele totalmente controlado por americanos, (GIBBS, 2009). Hoolbroke também incentivou as cooperações e alianças entre os atores beligerantes, como por exemplo a união bósnio-croata para ter um ator com poder equiparável aos dos sérvios, apoiados pelos bósnios sérvios, representados por Milosevic (CAMISAR et al, 2005).

Além de simplificar os atores também era crucial simplificar os objetivos da negociação, o principal objetivo, entretanto era a divisão territorial da Bósnia, sendo 51% pra coalizão bósnio-croata e 49% pra parte sérvia, e as suas fronteiras (GIBBS,2009), e definiu o esforço da *Implementation Force (IFOR)*, para servir como *peacekeepers* e administrar a Bósnia por um mandato de um ano. O cessar-fogo, o levantamento do cerco a Sarajevo e o funcionamento das duas entidades no Estado bósnio também era tido como prioridade nas negociações (CAMISAR et al 2005).

3.5.2 O Acordo e seus anexos

O Acordo de Dayton então, em seu primeiro artigo, assegura a integridade territorial do novo Estado, um ponto de extrema importância pois outro processo de desintegração na região significaria mais um conflito extremamente violento. Este artigo procura estabelecer a Bósnia-Herzegovina como um Estado reconhecido, promovendo até seu aspecto político, o acordo de paz e seus aspectos militares.

O primeiro anexo do Acordo, é dividido em 1a e 1b, versa sobre aspectos militares do acordo de paz e a estabilização regional, falando sobre o controle de armas, novas cooperações no ramo da segurança, para promover uma paz estável e duradoura na região. E determinando o papel da Organização para a Segurança e Cooperação da Europa (OSCE) para assegurar o processo de paz e impedir o renascimento do conflito, e determinações ligadas ao exército, a força militar e o seu exercício.

O segundo apêndice abordar sobre a fronteira étnica, que delimita a duas entidades existente na Bósnia, a Federação Bósnia-Herzegovina e a República de Srpska, e a especificação da região de *Brcko*, deixada para arbitragem, que de acordo com o documento tinha até um ano para este processo acontecer, mas até hoje não foi feito o desenvolvimento da arbitragem da região, e há várias problemáticas envolvendo esta localidade, principalmente no processo de eleição.

O anexo seguinte fala sobre as eleições democráticas no território bósnio e o seu procedimento, estendendo-se sobre o governo representativo, a cooperação com a OSCE para supervisionamento das eleições, para promover de fato a democracia no Estado e a legitimidade do governo.

A constituição da Bósnia, até hoje, é um anexo do *General Framework*, que promove os valores como: dignidade humana, liberdade e equidade, insere as instituições democráticas assim como a economia de mercado, ambos aspectos que o país não havia vivenciado em sua

história. Este fragmento também assegura a soberania da Bósnia, reforça a necessidade da integridade territorial do Estado, assim como a necessidade de defender os direitos humanos e como assegura-los e determina a movimentação livre dentro do país, entre as suas duas entidades. Enquanto o acréscimo seguinte como define as instituições, suas responsabilidades, procedimentos e poderes, de ambas entidades.

O Acordo de Dayton se debruça fortemente sobre os direitos humanos na Bósnia, como assegura-los e instituições como a Câmara de Direitos Humanos e o Escritório de Ombudsman foram criados, procurando prevenir qualquer violação dos direitos humanos, determinando suas jurisdições, poderes e mandatos. Assim como o anexo seguinte, o sete, retrata sobre refugiados e os deslocados internos, estabelecendo a cooperação com a ACNUR e outros corpos internacionais, para monitorar o retorno dos refugiados, o processo de condições para tal retorno, o processo de repatriamento e amnésia para aqueles que não cometeram crimes de guerra.

Enquanto o oito fala sobre conservações de monumentos nacionais, tentando promover uma cooperação interna, buscando que as duas entidades trabalhem juntas, com o governo do seus cantões e municípios. Á medida que o apêndice seguinte trata das corporações públicas nacionais, para o assunto de energia e postal por exemplo, estabelecendo uma comissão para o assunto.

Os dois últimos anexos tratam respectivamente da implementação civil e sobre a força policial internacional. Sobre a implementação civil vários temas que foram abordados no Acordo são retomados, como por exemplo a reconstrução econômica, o estabelecimento de instituições políticas, a constituição Bósnia, direitos humanos e outros tópicos como ajuda humanitária e reconstrução da infraestrutura no pós-guerra. É também neste anexo que estabelece o Alto Representante da Bósnia, um dos pontos mais importantes, que está até hoje em vigor. Ao passo que sobre a força policial se dispõe a acordar a promoção de um ambiente seguro para os civis, mantendo a paz e a lei, perante níveis e padrão internacional, sendo ela subordinada ao alto representante.

O Acordo de Dayton de fato foi extremamente importante para Bósnia, para estabelecer a paz da região, dando fim à guerra de três anos e a violência direta, consequência do conflito, e por proporcionar uma extensa estrutura para o novo Estado. Entretanto o Acordo é criticado por ser vago em diversos pontos, principalmente sobre a definição a retirada de forças internacionais ou influencia internacional na Bósnia, para de fato promover a soberania Bósnia, e um governo que realmente tenha pleno poderes, sendo então efetivamente legítimo e representativo.

4 PÓS DAYTON: A DIVISÃO DA BÓSNIA, DEMOCRACIA, ECONOMIA, REFUGIADOS E A UNIÃO EUROPEIA

É com o acordo de Dayton que a Bósnia irá ser dividida em duas entidades independentes: Republika Srpska – ou república sérvia -, com 49% do território, habitada majoritariamente por sérvios, e a Federação Bósnia com 51% da área do Estado bósnio, tendo sua população dividida entre *Bósnia*¹³ e croatas.

No período prévio a guerra a Bósnia era vista como um modelo e exemplo pelo seu modelo pautado na multiculturalidade dos seus povos e coexistência nos Balcãs, com o desenvolvimento da guerra e o avanço da fragmentação do Estado Iugoslavo, houve um enfraquecimento desta ideia e o fortalecimento dos laços étnicos dos grupos. Transformando essa relação em um artifício para a segurança e sobrevivência dos grupos étnicos em período de hostilidade.

Levando isto em consideração há a repartição do território bósnio, esta medida, assim como a repartição do poder entre os grupos étnicos reconhecidos, procura assegurar que todos os povos reconhecidos no Acordo – bósnios, croatas e sérvios – tenham plenos poderes, buscando proporcionar que o âmbito político seja visto como um processo benéfico e uma melhor meio para assegurar seus direitos, em comparação com a guerra (DONAIS, 2005).

De acordo com Zupcevic e Causevic (2009) o modelo de *paceabuilding* instaurado em Dayton é tido como ortodoxo, vinculado a pressão internacional, tanto na governa como na implementação das medidas. A implantação do governo para promover a democracia e a economia de mercado também vai ser configurada com grande influência internacional. O acordo então vai ser pautado no processo de *power-sharing*¹⁴, tendo em vista que a sociedade da Bósnia possui um histórico recente de aprofundamento do *cleavage*¹⁵ entre grupos étnicos.

Segundo Lijphart (2004) para instalar democracia neste tipo de cenário seria um processo mais árduo, pois além da divisão étnica no país, o mesmo nunca havia tido um período democrático em sua história, O autor então pontua que seria imprescindível a promoção da autonomia dos grupos e a representação para os três grupos reconhecidos por Dayton, assim como o poder de veto.

A autonomia das entidades constituintes da Bósnia, que divide o território do país por linhas étnicas, também é estabelecida em Dayton, buscando exatamente a promoção do

¹³ Bósnios muçumanos.

¹⁴ Divisão da responsabilidade e poder do governo

¹⁵ Divisão profunda entre grupos de uma sociedade

desenvolvimento de *power-sharing*, A independência da República e Federação é extremamente vasta e com poder de conceber suas próprias políticas, não só políticas públicas diferenciadas, mas também o desenvolvimento de medidas econômicas. A autossuficiência de ambas as entidades é tão ampla que até o ano de 2005 o Estado bósnio possuía duas forças armadas, uma para cada entidade, que só foi unificada no ano de 2005, no processo de tentativa de fazer parte da União Europeia (ZUPCEVIC, CAUSEVIC, 2009)

Porém para este processo político funcionar, então, depende que os grupos étnicos trabalhem juntos, principalmente na questão relativa ao veto de políticas federais por exemplo. Essa coalizão, entretanto, não vai se materializar, isso pois o sentimento nacionalista ainda estava muito exacerbado no pós-guerra, impedindo que a rivalidade presente no conflito se transformasse em cooperação. E isso pode ser observado nas tentativas de reformas de Dayton durante anos e o uso de veto pelos grupos étnicos (SEBASTÍAN, 2014).

Esta independência, e o mecanismo de veto, faz com que o governo central da Bósnia seja extremamente enfraquecido, pois além desta problemática interna ainda há os diversos corpos internacionais como por exemplo o Alto Representante para Bósnia. O Acordo de Dayton então, não extinguiu as estruturas políticas vigentes na guerra, mas a transferiu para o escopo político e para o desenvolvimento da reconstrução pós-guerra. Fazendo com que muitas medidas para reforçar tal processo fossem barradas com o uso do veto, usando argumentos étnicos e de sobrevivência, também usado no discurso nacionalista (ZUPCEVIC; CAUSEVIC, 2009).

A Bósnia-Herzegovina então vai sofrer de problemas semelhantes da Iugoslávia, uma espécie de uma confederação com duas entidades e sem um governo central efetivo de fato para promover políticas que façam com que os grupo étnicos cooperem e um pró maior, mesmo com o significativo processo de entrada para União Europeia, que motivaria este tipo de cooperação (DONAIS, 2005).

4.1 Democracia liberal na Bósnia-Herzegovina

"Rebuilding Bosnia in the aftermath of a long and bloody war over ethnicity and territory would involve not only reconstituting a deeply divided political community and building up state institutions almost from scratch, but also simultaneously putting the country on the path to free-market capitalism and

liberal democracy, two conditions which Bosnia had not previously know"¹⁶
(DONAIS, 2003)

Como afirma Donais há dois pontos principais para o funcionamento do Acordo de Dayton: o desenvolvimento da democracia como sistema político, e uma economia de mercado viável dentro do escopo do capitalismo. O processo que muitos países passaram após a quebra do grupo soviético, mas no caso da Bósnia ainda com elementos específicos, como: designar um cessar-fogo duradouro na região, a necessidade de programas para refugiados e deslocados internos, e a resolução de um conflito extremamente sanguento e hostil.

É dentro deste processo de *power-sharing* que vai ser instalada a democracia como sistema político no território bósnio, se tornando um dos pilares do Acordo de Dayton. A doutrina democrática se tornará ponto focal do cumprimento do acordo, e tida como extremamente necessária para o desenvolvimento do *statebuilding* do Estado bósnio, e portanto, considerada parte essencial para assegurar a paz duradoura na região.

O estabelecimento da democracia como regime político da Bósnia-Herzegovina se baseia principalmente nas ideias liberais, com ênfase na obra de Kant, e na noção de que democracias são menos sujeitas a participar de guerras. Assim como a necessidade de assegurar os direitos humanos, que no ano de 1992 foi determinado pelo conselho europeu como dever internacional, e que foi parte fundamental do conflito bósnio e no discurso internacional para intervir no conflito da região, principalmente quando houve o massacre e genocídio de Bósnios-mulçumanos no último ano da guerra.

O processo de *peacebuilding* da Bósnia então vai estar atrelado com o seu processo de democratização, que neste mesmo período está ocorrendo em escala mundial, principalmente nos Estados declarados independentes, com o esfacelamento da URSS, e os que foram recolonizados, estabelecendo a difusão deste sistema político como prioridade dos órgãos internacionais. Isto porque as democracias da terceira onda são tidas como as mais frágeis (CHANDLER, 1999). Que no caso Bósnio se torna ainda mais problemático, pois a segmentação da sociedade, e o histórico de não possuir um momento democrático faz com que a instauração da democracia seja ainda mais vulnerável (LIJPHART, 2004).

¹⁶ "Reconstruir a Bósnia, consequência de uma longa e sangrenta guerra, sobre território e identidade étnica, envolveria não só a reconstrução de uma comunidade política profundamente dividida, e reconstrução das instituições do Estado quase do zero, mas também, simultaneamente colocar o país no caminho do capitalismo de livre mercado e da democracia liberal, duas condições que a Bósnia não conhecia anteriormente." (DONAIS, 2003) – Tradução nossa.

A primeira eleição geral em território bósnio aconteceu então em setembro de 1996, nem um ano após a assinatura do acordo que ocorreu em 1995, elegendo sua primeira presidência de três membros, um representante para cada povo constituinte reconhecido pelo acordo, e monitorada pela OSCE e OTAN. Os primeiros eleitos então foram nomes conhecidos politicamente na Bósnia, como Izetbegovic, presidente da República Bósnia durante o período iugoslavo do partido *SDA*¹⁷, Krešmir Zubak, representante croata participante do partido *HDZ*¹⁸ já em 1992, e Momčilo Krajišnik, co-fundador do partido *SDS*¹⁹ junto com Radovan Karadžić, participante ativo na Assembleia Sérvio-Bósnia após a declaração de independência Bósnia.

Isto é, os primeiros presidentes oficialmente eleitos por processo democrático na Bósnia eram os mesmos nacionalistas que estavam no poder durante a guerra, deixando claro que apenas a ocorrência das eleições, apesar de mecanismo principal para o estabelecimento da democracia, não era o suficiente para uma democracia de fato, principalmente nos primeiros anos do pós-guerra.

É necessário então ressaltarmos alguns fatores para uma análise da democracia implantada com o acordo de Dayton, como já citado neste texto o processo histórico, não apenas a guerra, mas também o fato de nunca ter utilizado da democracia como sistema político fragiliza a sua implementação. A falta de fatores culturais, como valores, e a inexistência da participação civil, ponto extremamente necessário para um bom funcionamento da democracia, vinculado ao *cleavage* entre grupos étnicos, faz com que a democracia liberal instaurada tenha um nível de afastamento da sociedade (CHANDLER, 1999).

Isto ocorre pelo processo de estabelecimento do processo de paz bósnio ser de maneira *top-down*, pensado, articulado e implementado pela presença internacional, fazendo com que a democracia da Bósnia fosse realizada no padrão liberal ocidental, fazendo com que se tornasse em primeiro momento um organismo estranho, transplantado para aquele território (ZUPCEVIC; CAUSEVIC, 2009). Sendo assim uma instituição frágil e de fato com necessidade de ser regulada em seus primeiros anos para não acontecer a reincidência de conflito já que as pessoas presentes no processo democrático fossem os mesmos do período de conflito (CHANDLER, 1999).

O desenvolvimento da democracia e da instalação da paz progrediu significativamente entre os anos de 2000-2005, tendo reformas significativas, principalmente no setor de

¹⁷ Partido da Ação Democrática, que segue a linha conservadora e do nacionalismo bósnio-mulçumano

¹⁸ União Democrática Croata, partido conservador e democrata cristão de centro-direita

¹⁹ Partido Democrático Sérvio, principal partido da República Sérvia, se configurando como nacionalista e conservador.

segurança, como por exemplo a unificação do exército, saindo do escopo das entidades para o governo central, levado a cabo com o desenvolvimento da liderança do Alto Representante o Especial Representante da União europeia (AZINOVIĆ, BASSUENER, WEBER, 2011)

É após essas tentativas bem-sucedidas de reformas que foi proposto um pacote de transformações significativas, o *April Package*, como ficou conhecido, proposto em 2006, procurava solucionar os problemas vinculados a estrutura e política da Bósnia, como por exemplo estabelecer uma melhor balança de poder entre os grupos, e mecanismos para prevenir os *deadlocks*²⁰ políticos constantes no cenário do país. Assim como reformas estruturais para promover o acesso do país na União Europeia, porém essas reformas não aconteceram, isso porque a autonomia das entidades, estabelecida por Dayton, era protegida pelos grandes partidos políticos, que possuem grandes características nacionalista (PERRY, 2015).

Em seguida a negociação falha das reformas a campanha eleitoral mostrou uma mudança significativa, a volta da retórica nacionalista, particularmente inflamada, faz com que volte a questão dos grupos étnicos e sua divisão, não só territorial. O governo formado por essa campanha eleitoral, segundo Azinović et al (2011) não conseguiu implementar nenhuma política substancial, exatamente pelo processo de retomada no nacionalismo, fazendo com que o Estado bósnio ficasse para trás no desenvolvimento dos países nos Balcãs e sua integração na União Europeia.

A evolução do discurso nacionalista e de ódio é crescente na região desde então, a radicalização da linguagem política é constantemente presente na mídia. Uma grande figura política que corrobora com este tipo de discurso é o então presidente da *Republik Srpska* Milorad Dodik, que possui métodos semelhantes ao de Slobodan Milošević de acordo com Azinović et al (2011). Dodik constantemente está manifestando seu descontentamento com o governo central e fomentando ideias secessionistas ao afirmar que o Estado bósnio é quebrado e desprovido de meios de promover melhorias na *Republika*.

Além da problemática do retorno do nacionalismo na Bósnia e a volta de discursos que falam sobre guerra e sobre a falência do Estado Bósnio outro problema é a questão dos meios de difusão de informação no país. O papel da propaganda e da mídia vai possuir um papel crucial neste processo, já que os meios de comunicação demonstram afiliações completas e claras aos grupos étnicos. De acordo com a Freedom House, e seu relatório do ano de 2017 a

²⁰ Impasse, bloqueio, que impedem que o processo político continue suas execuções e o seu funcionamento.

Bósnia-Herzegovina possui a categoria de *partly free* ²¹ na questão de liberdade de imprensa, tendo pouco se desenvolvido nos últimos anos.

Outra questão muito preocupante no decurso democrático da Bósnia é a cidade de Mostar e o distrito de *Brčko*, na questão de Mostar é necessário a implementação de medidas que assegurem os direitos democráticos dos locais, já que segundo o relatório de 2016d a Comissão Europeia sobre a Bósnia-Herzegovina, os habitantes da região não participam do processo democrático e das eleições há seis anos, fazendo com que a Comissão veja como uma questão de extrema importância e prioridade.

Enquanto a adversidade de *Brčko* é oriunda do Acordo de Dayton, já que no acordo esta região era uma zona especial de arbitragem, que deveria ser definida até seis meses, porém que até hoje não foi resolvida, e depende da cooperação entre as entidades para promover estruturas políticas na região e, portanto, representação política de seus indivíduos (EUROPEAN COMMISSION, 2017).

A grande dificuldade para o progresso da democracia na Bósnia continua o grande *deadlock* político estabelecido pelo sistema de divisão do poder acordado em Dayton, com grandes partidos políticos nacionalistas protegendo efetivamente sua proteção total, protegendo o *status quo*, impedindo reformas significativas e necessárias, tanto na área política como econômica.

4.2 Capitalismo e a economia de mercado

O desenvolvimento econômico da Bósnia no período pó Dayton não vai ser marcado apenas pela reconstrução de parques indústrias e a tentativa de normalização da economia no pós-guerra, esse processo vai ser atrelado com a instauração do capitalismo e do mercado aberto, já que o país era socialista e não tinha ainda experienciado o desenvolvimento desta corrente como outros países do leste europeu havia passado junto com o processo de democratização (MIRASCIC, 2013; DONAIS, 2005).

Este encadeamento de novas instituições e modelos vai ser ainda mais singular na Bósnia, tendo em vista suas particularidades. Problemas como a falta de capital humano e sua qualidade, devido o genocídio e as mortes causadas pela guerra, assim como a infraestrutura comercial e industrial são dois pontos importantes (ZUPCEVIC; CAUSEVIC, 2009) e a divisão étnica do país então vai ser uma barreira no que tange a economia, principalmente pela sua complexidade, já que duas áreas autônomas possuem estruturas econômicas diferenciadas,

²¹ Parcialmente livre – Tradução nossa.

formando uma condição única, em comparação aos outros países soviéticos (MIRASCIC, 2013).

A instabilidade vai ser tida como uma constante na economia do Estado bósnio, não só ocasionada pelas externalidades, mas também internamente, decorrente de vários problemas estruturais, pela junção de aspectos comunistas da economia e o seu processo de abertura de mercado com grandes características neoliberais no imediato pós guerra. Neoliberalização esta que vai ser encabeçadas principalmente por duas instituições mundiais: o Fundo Monetário Internacional – FMI, e o Banco Mundial (MIRASCIC, 2013).

Nos anos de 1996-2000 os recursos financeiros enviados para a Bósnia em sua maioria iam para reconstrução da infraestrutura do país, de casa (16,1%), produção de eletricidade (13%) e transporte (11,2%) sendo as maiores cotas. Após esse processo encabeçado majoritariamente pelo Banco Mundial, no ano de 2000 a União Europeia lança um programa de assistência chamado CARDS – *Community Assistance for Reconstruction, development and stabilization*, buscando a integração com todos os países do território balcânico. Assim como o trabalho dos Estados Unidos da América com o projeto *USAID*, que promove principalmente o setor privado, principalmente o bancário (ZUPCEVIC; CAUSEVIC, 2009).

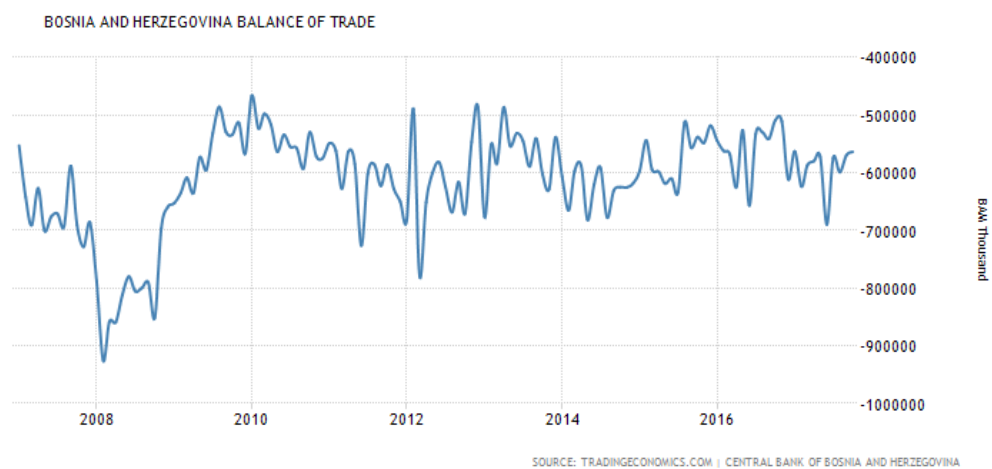
Outra constante na economia Bósnia é os altos níveis de desemprego, que nos últimos dez anos se mantem entre as casas de 38% a 48%, sendo um número extremamente significativo, já que explana uma barreira estrutural, proveniente de um sistema econômico mal desenvolvido, mesmo com todos os esforços de promover a abertura de mercado e o processo capitalista. Sendo então o emprego também usado como barganha entre grupos étnicos e um instrumento que fortalece o processo indenitário, já que há mais chance de você conseguir um emprego na entidade designada para a sua etnia (ZUPCEVIC; CAUSEVIC, 2009).

Isso se dá principalmente pela falta de medidas efetivas para estimular a economia do país, já que a estrutura vigente, das duas entidades, impede medidas mais satisfatórias, pela falta de um acordo político que consiga fortalecer o governo central, sendo o papel fundamental do banco central a estabilização da moeda (KM) para o euro (ZUPCEVIC; CAUSEVIC, 2009).

Reformas significativas já foram feitas, principalmente no que tange o âmbito fiscal da economia, parte da assinatura do SAA, acordo com a união europeia, mas que segundo Mirascic (2013) mesmo assim a configuração da economia do país ainda se basear no desenvolvimento para chegar ao patamar de outras economias, como a do sudeste europeu e da união europeia. Pautando o crescimento econômico principalmente na estratégia de liberalização, tanto externa quanto interna.

A taxa de desemprego constante, a falta de medidas que abarquem as duas entidades faz com que os níveis de crescimento do PIB sejam baixos, nos últimos dez anos, tendo apenas dois picos próximos de 2% ao ano, mas se mantendo entre as casas de -1,5% a 2% ao ano. Mostrando um outro problema, ilustrando uma economia muito mais voltada para o consumo do que a produção interna, mesmo com os grandes fluxos financeiros e investimentos (DAVIES; FENGLER; GOLDSTEIN; 2015).

O movimento de mais consumo do que produção também vai ser ilustrado na balança comercial Bósnia, extremamente deficitária como podemos analisar no gráfico abaixo:



Mostrando uma clara deficiência neste quesito, já que a maioria da sua economia se baseia na produção de produtos de baixo valor agregado e suas compras são de produtos industriais, e petróleo.

A última implementação de uma Agenda de Reforma para a Bósnia e Herzegovina foi estabelecida em 2015, buscando a criação de trabalhos, ajustes fiscais e financiamento de setores privados como pontos principais. No que tange a questão do trabalho foi apontado como a maior causa do desemprego a rigidez das leis trabalhistas, já que a instituição tem um grande caráter neoliberal, assim como o desequilíbrio fiscal como causa dos problemas econômicos. Sem criar de fato medidas que mudem a estrutura da economia Bósnia, que continua pautada em vários aspectos do período soviético, como por exemplo o âmbito de bem-estar e pensões, e características do novo modelo capitalista (MIRASCIC, 2013; ZUPCEVIC, CAUSEVIC, 2009; DONAIS, 2005)

4.3 Refugiados e deslocados internos

Outro sustentáculo do Quadro Geral para Bósnia e Herzegovina é o retorno de refugiados e de deslocados internos, principalmente em seu Anexo VII, que se expande sobre os direitos de tais pessoas e do seu retorno. Criando condições para tal, promovendo cooperações, determinando o acompanhamento e monitoramento, e a criação de uma comissão para este assunto.

Após a guerra o número de refugiados e deslocado internos na Bósnia chegou a cerca de dois milhões de pessoas (ACNUR, 2014), um número extremamente significativo. Na última atualização de dados do Alto Comissariado das Nações Unidas para Refugiados (ACNUR) em 2016 o número de deslocados internos ainda era de mais de 156 mil, porém esses números não expressa a realidade, a atual situação e as dificuldades dos *IDP* no Estado Bósnio, nem os obstáculos para o seu retorno, principalmente de Bósnio e Croatas para o que hoje é a *Republika Srpska* e de Sérvios para a Federação Bósnia.

Há três opções no caso de refugiados e deslocados: o reassentamento, a integração local e o retorno. O acordo de Dayton norteou majoritariamente o retorno dos refugiados, opções como o reassentamento e a integração local no caso da Bósnia não foram trabalhadas, isso ocorreu por diversos fatores, primeiramente o procedimento de reassentamento só pode ocorrer em casos de asilos, que significaria uma minoria numérica desta guerra, e a integração local é um processo demorado e gradual, que pode levar gerações, e que vai para além do refugiado, também é considerado a sociedade receptora (ACNUR).

Temos que levar em consideração também o alto número de refugiados, e a sua especificidade religiosa já que a sua grande maioria era bósnios-muçulmanos, e o papel da comunidade internacional, promovendo o retorno, ação encabeçada pelos europeus, principalmente pelo Estado alemão, o maior receptor de refugiados e migrantes forçados da guerra. Então o retorno teoricamente seria a melhor opção para os refugiados, porém no caso da Bósnia, um conflito onde a identidade se tornou ponto focal, o retorno pode ser cheio de entraves (BRUBAKER, 2013).

O anexo sete do Acordo de Dayton foi criado com o intuito de que o processo de limpeza étnica fosse revertido, fazendo com que a Bósnia voltasse a ser a comunidade multiétnica que existiu no período Iugoslavo. Segundo Brubaker (2013) a maior problemática no retorno de deslocados e refugiados para a Bósnia é o retorno de minorias, ou seja, o regresso de minorias étnicas para a entidade que o seu grupo não é designado, fazendo com que a ideia concebida pelo Acordo para a volta da Bósnia ao status de comunidade multiétnica fosse improvável

principalmente nos primeiros anos no pós guerra, quando a hostilidade entre grupos ainda estava bastante presente na memória da sociedade, e medidas governamentais não patrocinavam tais retornos, e não possuíam uma política específica.

Uma outra problemática indicado pela autora é que por mais que fosse uma questão apontada pelo Acordo, o mesmo não especifica como ou que instituição vai realizar este anexo. A Agência da ONU para Refugiados é então quem vai levar a cabo este processo, sendo o principal corpo a implementar políticas na Bósnia voltada para este assunto, e o desenvolvimento do monitoramento extenso sobre esta questão em conjunto com o governo Bósnio.

Nos primeiros anos do pós-guerra, entre 1997 e 1998, apenas 250 mil voltaram para o Estado Bósnio até então, preponderantemente por meio de retornos espontâneos sem ajudas de programas encabeçado pelo ACNUR, e em sua maioria para dentro da ‘sua’ própria entidade, ou seja, para entidade em que seu grupo é superior numericamente. E é neste mesmo período que a comunidade internacional, principalmente Estados europeus, começa a pressionar o ACNUR para desenvolver programas que facilitem o retorno de Bósnios, porém segundo a Agência estes retornos estavam criando enclaves étnicos, exatamente pelo conflito ainda está muito recente (BRUBAKER, 2013).

Isto acontece, pois, os obstáculos do retorno onde o seu grupo é maioria, são diferentes dos retornos de minorias. No primeiro as questões, em primeiro momento no pós-guerra, são em sua maioria estruturais e logísticas, já que na guerra a maioria das propriedades foram destruídas. Enquanto no retorno de minoria, mesmo com as especificidades do DPA, houve problemas maiores como por exemplo falta de representatividade política na entidade, já que a democracia de Dayton reflete significativamente os grupos étnicos na sua entidade, e nos primeiros anos após a guerra a intimidação era um problema significativo. Como também a falta de ambientes adequados para a minoria, como por exemplo o direito de praticar sua religião não era assegurado, assim como a educação (BRUBAKER, 2013).

O desenvolvimento de leis sobre o direito de propriedade, dando o direito de reclamar a o domínio de imóveis no pós-guerra, em 1998 foi substancial, fazendo com que os retornos chegassem ao pico no ano 2000, principalmente o regresso de minorias, chegando ao número de 102 mil no ano de 2002. Segundo Brubaker (2013) entretanto este processo nem sempre é um sucesso, para a autora seria necessário desvincular o retorno ao ambiente físico e a propriedade, mas sim o retorno para onde o seu grupo étnico esta, já que estes vínculos sociais

são muitas vezes mais importantes do que a propriedade em si, principalmente em uma sociedade como a Bósnia, onde a desigualdade étnica foi exacerbada a nível do genocídio.

No ano de 2010, o governo Bósnio, suas repetitivas entidades, e o distrito de Brčko publicou um documento onde há uma revisão sobre as estratégias envolvendo o anexo VII do DPA. Com o objetivo de completar o retorno de refugiados e deslocados internos, o *Revised Strategy of Bosnia and Herzegovina For the Implementation of Annex VII Of the Dayton Peace Agreement* promove novos objetivos e procedimentos reformados para alcançar o escopo proposto pelo anexo. Este documento então irá focalizar em medidas duradouras para promover o retorno, com a restituição de posse e re-instalação dos ocupantes da propriedade restituída, reconstrução de casas, e condições sustentáveis para o retorno. Medidas de infraestruturas eram extremamente necessária, como em questões de eletricidade, acesso a água, e ao sistema de educação, saúde e empregos. Projetos de segurança como o de anti-minas também são especificados buscando promover o retorno seguro e, portanto, duradouro.

Em 2011, buscando fazer mais processo nesta questão, os governos da Bósnia, Croácia, Montenegro e Sérvia assinaram uma cooperação, em forma de declaração conjunta o documento procura proporcionar critérios efetivos para o retorno duradouro de refugiados e deslocados internos, buscando estimular a boa relação entre os países vizinhos e a estabilidade, pronto crucial para o retorno, assim como o respeito aos direitos destas pessoas, por meio de um plano regional de trabalho (JOINT DECLARATION ON ENDING DISPLACEMENT AND ENSURING DURABLE SOLUTIONS FOR VULNERABLE REFUGEES AND INTERNALLY DISPLACED PERSONS, 2011)

Dois anos após o desenvolvimento da cooperação o governo da Bósnia também instituiu leis para que refugiados e pessoas apátridas consigam o direito a cidadania da Bósnia, assim como o desenvolvimento dos refugiados que procuram asilo (ACNUR, 2014), tema que é especificado em Dayton, porém sob a égide da constituição Bósnia.

Atualmente o maior programa de assistência para este grupo é o processo de reconstrução de casas, acomodações e assistenciais vinculadas a este tipo de recurso. Assim como o direito de restituir sua propriedade após a guerra, porém este tipo de política não assegura a volta de fato. Já que em muitos casos a propriedade restituída é vendida ou alugada e os proprietários voltam para a entidade onde eu grupo é majoritário, contabilizando um alto número de retornos, mas não uma mudança real nesta questão. Isto acontece em sua grande maioria pelos ataques de minorias, que em anos recentes decaiu em ocorrências significativamente, no ano de 2014 por exemplo apenas dois casos foram contabilizados, ambos

na RS, em Kotor Varos e em Bijelina (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2015).

Segundo o *Human Rights Report* de 2015 sobre a Bósnia e Herzegovina, mesmo com todos os desenvolvimentos sobre *IDPs*²² e refugiados, criação de leis e incentivos, um grande número ainda vive em acomodações coletivas que eram tidas como temporárias, cerca de sete mil pessoas, fazendo com que em sua grande maioria os deslocados internos vivam com uma baixa qualidade de vida. Sendo assim o programa regional para reconstruções de casa, promovido pelo ACNUR e OSCE, empenhando-se para medidas de longa duração neste assunto, entretanto há uma dificuldade em vista da capacidade deste programa, assim como as diferenças administrativas das duas entidades Bósniás, que faz com que o processo de burocracia diferenciado se torne mais lento e haja dificuldade para a implementação efetiva deste projeto.

Uma outra adversidade para o desenvolvimento deste anexo de forma eficiente é o caso das minorias não reconhecidas por Dayton, como por exemplos Judeus e os ciganos, este último em um maior número. Isto ocorre porque os ciganos, por não serem garantidos como grupo étnico no Acordo não possuem os direitos especificados no Anexo 7, como por exemplo o direito de recuperar suas propriedades. Os ciganos então, estão em sua maioria assentamentos informais. Tornando este povo um dos grupos mais discriminados no território da Bósnia e Herzegovina, e até reformas e comitês da ONU sobre discriminações raciais não levam em conta esta situação (INTERNAL DISPLACEMENT MONITORING CENTRE, 2015).

Segundo os relatórios do Alto Representante da Bósnia para a Implementação do Acordo de Dayton ainda há muito o que evoluir nas questões dos deslocados, um dos principais pontos exposto é o sistema educacional no caso de retorno de minorias. A Bósnia possuindo duas entidades, a Federação Bósnia e a República Sérvia, extremamente descentralizadas não possui um plano educacional nacional. Outra questão significativa aponta pelo Alto Representante Valentin Inzko (2009 -) é na questão de Srebrenica, que na época da guerra foi um enclave protegido pela ONU onde houve o genocídio de bósnios, um dos focos de retornos, e as eleições no local e a segmentação política entre bósnios-muçulmanos e bósnio-sérvios na região, o que poderia influenciar o retorno de minorias onde o seu grupo não consegue promover políticas significativas.

Sendo que políticas secessionistas, em sua grande maioria na *Republika Srpska* com a promoção de referendo para a sua separação da Bósnia, e este tipo de retórica na região torna

²² IDP: Internally Displaced People - Pessoas deslocadas internamente – Tradução nossa.

um problema para o retorno, mostrando que a paz na região ainda é frágil. A crise econômica também são eventos que precisam ser levadas em consideração, já que os deslocados internos e refugiados são tidos como grupos vulneráveis.

As recomendações do ACNUR então, para o desenvolvimento dessa questão, é intensificar os esforços que já são trabalhados pelo governo Bósnio e pela própria agência de refugiados da ONU, como a construção de casas, e infraestrutura, e instituições de assistência social, para de fato integrar a minoria em situação de retorno de forma duradoura, já citado no documento de 2010, o *Revised Strategy*, porém que segundo a ACNUR não foram completamente implementados.

4.4 O Alto Representante para a Bósnia-Herzegovina e a Agenda 5+2

O escritório do Alto Representante para a Bósnia-Herzegovina é estabelecido em 1995, no imediato pós Dayton, legitimado pelo anexo dez, prevendo o monitoramento do acordo e a implementação civil. Em seu início, no entanto, sua atividade era tida como algo transitório, e necessário apenas nos primeiros anos pós assinatura do acordo, mas que está em funcionamento até os dias de hoje, e de certa forma com maiores poderes do que os previstos no seu anexo de origem. Atualmente o EAR – Escritório do Alto Representante, com atribuições superiores e influência na política do país, sendo então, um exemplo de uma instituição internacional e sua atuação no cenário político de um país tido como soberano (BANNING, 2014).

A resolução 1031 do Conselho de Segurança da ONU indica Carl Bildt como primeiro Alto Representante e endossa o papel designado para implementação do acordo – sendo o funcionamento do EAR tido até como um pré-requisito para validade do mesmo. O trabalho deste órgão internacional é muitas vezes visto como consentimento local, e segundo Banning (2014) visto como autoridade maior que o próprio governo local.

Isso ocorre pela expansão dos poderes, principalmente com a atribuição do *Bonn powers*, e as diversas interpretações dadas pelo anexo 10. Fazendo com que o desenvolvimento do papel do EAR de apenas uma administração da implementação do acordo para algo mais significativo, como por exemplo a imposição de diversas legislações, e até, retirando dos cargos políticos eleitos pela população Bósnia (BANNING, 2014)

O Alto Representante Carlos Westendorp durante os anos 1997 e 1999, falou sobre estes poderes e sobre a flexibilidade da interpretação do acordo, segundo ele:

“if you read Dayton very carefully, Annex 10 gives the final interpretation of Dayton to the High Representative. Annex 10 even gives me the possibility to interpret my own authorities and powers” (WESTENDORP, 1999)²³

Deixando claro então a possibilidade do EAR de ter mais poder e mais autoridade sob o Estado bósnio, dependendo apenas da supervisão do Conselho de Implementação da Paz. Conselho este que na conferência de Bonn atribuiu mais poderes ao EAR, após inúmeros relatórios.

Em 1996, com a resolução 1022 é estabelecido como papel do EAR o monitoramento e fabricação de relatórios, menos de um ano depois, a publicação do *PIC Paris Conclusions*, indica que tem como previsto o andamento da implementação e, portanto, a volta da responsabilidade para os locais, tendo então o EAR, seus poderes limitados a recomendações. O poder do Escritório apenas aumentará em 1997, com o crescimento de propaganda étnica nos meios de comunicação, e posteriormente com os *Bonn Powers* (BANNING, 2014). Poderes estes estabelecido pelo PIC não leva em conta as intenções das partes antes de ser implementado, legitimando a remoção de funcionários públicos que violem qualquer regra de Dayton e de tomar iniciativas em decisões quais as partes não conseguem atuar.

Em 2008, em outra reunião do *Peace Implementation Council*²⁴ há a definição de condições para o fechamento do Escritório do Alto Representante, sendo então adotada a agenda conhecida como 5+2, cinco objetivos e duas condições. Sendo elas duas resoluções ao que tange a propriedade, a solução da situação do distrito de Brčko, as reformas fiscais completadas em 2010, e o enraizamento do estado de direito, também tido com completo no mesmo ano. E as duas condições é a assinatura do Acordo de Estabilização e Associação, completo em 2008 e a avaliação positivas dessas medidas pelo *PIC*.

4.5 O processo de entrada na União Europeia

É importante citarmos que é com a assinatura do Acordo de Estabilização e Associação para a União Europeia que o EAR tem a sua europeização, tornando então a entrada da Bósnia na união econômica regional, a prioridade do EAR e do governo bósnio, sendo Dayton então substituído, isso ocorre porque todas as medidas para integração da EU possuía fatores acordado em Dayton, principalmente o pilar democrático e econômico (MAJSTOROVIĆ, 2007).

²³ “Se você ler Dayton cuidadosamente, o Anexo 10 dá a interpretação final de Dayton ao Alto Representante. O Anexo 10 até me dá a possibilidade de interpretar minhas próprias autoridades e poderes” (WESTENDORP, 1999) – Tradução nossa.

²⁴PIC, Peace Implementation Council - Conselho de Implementação da Paz

Esse movimento começa com a assinatura do SAA – *Stabilisation and Association Agreement*, entre a EU e a Bósnia em 2008, procurando fortalecer a parceria entre as duas entidades, de forma abrangente, e que preparasse o país para o ingresso na União Europeia, parte da política de ampliação da união (MAJSTOROVIĆ, 2007). Estabelecendo então uma área de livre comércio com a EU, e o monitoramento e melhorias de várias áreas. Isso porque para fazer parte da União Europeia seria necessário o estabelecimento de diversos padrões, desde padrões democráticos e econômicos, ao que envolve o mercado internacional como movimento de pessoas, produtos, capitais, desenvolvimento de setores estratégicos e no que tange a justiça, liberdade e segurança.

Porém antes mesmo do SAA, a comunidade europeia estava presente na Bósnia, como projeto principal o trabalho da EUFOR Althea substituindo a SFOR, para promover a implementação Civil em conjunto com o Escritório do Alto Representante, ou seja, uma força europeia, mas sem os poderes e deveres de polícia, que foi novamente renovada no ano de 2017 pela resolução S/RES/2384.

Isso então faz com que a União Europeia se torne o maior provedor de fundos e de assistência financeira para Bósnia, muitas vezes desenvolvendo diversos projetos em áreas que são tidas como principais para o processo de integração. Como por exemplo a reforma da administração pública, que até o momento não foi feita pela falta de cooperação entre as partes, e o aperfeiçoamento de áreas como transporte, agricultura, fitossanitárias, desenvolvimento social e outros (ZUPCEVIC; CAUSEVIC, 2009).

Porém, conforme Azinović et al (2011) o problema do avanço dessa relação e, portanto, da entrada da Bósnia na União Europeia, reside no problema persistente das elites políticas e na falta de cooperação entre elas para realizar reformas necessárias e mudanças significativas para promover a integração, indo de acordo com a vontade da população, que busca a integração, e ela sendo um dos poucos pontos de acordo entre os grupos étnicos.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Podemos então declarar o Acordo de Dayton como um marco da atuação internacional perante o processo de peacebuilding e statebuilding, métodos que se mostram cada vez mais comum nos dias atuais. Logo sendo necessário o desenvolvimento de estudos na área de resolução de conflitos para torna-las cada vez mais eficiente.

Fica visível então a importância da Teoria do Conflito como tema das relações internacionais, principalmente com as novas características que permeiam os conflitos, mostrando sua característica global, para além das barreiras territorial. Não só pela sua localização, mas pelos seus atores e pelo desenvolvimento da segurança humana, ancorado no respeito aos direitos humanos. Os ensinamentos esses que foram explicitados no decorrer do capítulo deste trabalho. Pontos como a hostilidade e manifestação tornam-se imprescindível para o entendimento de dito evento, e para a sua resolução, assim como o entendimento sobre do que se trata o conflito, recursos e identidade muitas vezes se apresentam como pontos interligados nesta análise. Quanto mais completa a análise prévia a atuação dos atores internacionais, mais efetivo o seu método de resolução.

Da mesma maneira que se mostra indispensável compreender o contexto histórico e a peculiaridade local, exposta no capítulo dois, já que sem o aporte histórico não é possível um completo entendimento da situação. No caso Bósnio, que por muito tempo foi tido como um conflito apenas baseado em etnia, na realidade ocorre pela crise econômica na Iugoslávia, e pela ideia de incompatibilidade desenvolvida a parti das ideias nacionalistas da época.

A dissolução da Iugoslávia se encaixa em um contexto internacional, ocasionado pela sua perda de poder com o fim da disputa ideológica entre EUA e URSS, e o seu arranjo político interno, altamente dependente de um arbitro – que até então era representado por Tito. A necessidade de novos arranjos internos, tanto no âmbito político como econômico, vai esbarrar na autonomia exacerbada, proposta ao longo dos anos para o funcionamento de um país com tantos grupos étnicos.

A implementação do Acordo de Dayton teve seus triunfos, porém ainda possui obstáculos, muito deles oriundos do próprio contexto histórico no qual o Acordo está inserido. Portanto é primordial reconhecer os esforços diplomáticos que, mesmo com toda as críticas, forjou o fim de uma guerra extremamente sangrenta, promoveu a criação de um novo Estado e formulou suas instituições.

A avaliação de Dayton, todavia é fundamental. Em primeiro ponto o Acordo se mostra aberto a diversas interpretações, sendo muitas vezes usado para barrar reformas

que possibilitaria melhorias no Estado Bósnio. Este ponto também é abordado quando o assunto discute o processo transitório, ou seja, uma determinação efetiva acordando o desenvolvimento de uma cadeia de acontecimentos que levem ao fechamento do Escritório do Alto Representante e estabelecendo a soberania política da Bósnia. Porém isso não quer dizer que a atuação da EUFOR Althea ou EAR são desnecessários, como não houve uma reconciliação profunda na sociedade, o trabalho destas duas instituições continua necessário.

A divisão étnica articulada pelo acordo é na verdade o ponto principal que impede as reformas necessárias para o desenvolvimento da Bósnia, já que ambas, a República Sérvia e a Federação Bósnia e Herzegovina, possuem amplos poderes. Isso porque as partes representantes, Slobodan Milosevic e Alija Izetbegović, não abriam mão deste ponto, resquício não só do conflito, mas também do modelo de governo iugoslavo.

A democracia, imposta por Dayton, ainda possui seus desafios. A questão do distrito de Brčko, uma falha significativa perante a implementação do acordo, já que seu processo de arbitragem deveria ter ocorrido dentro de seis meses, mas que hoje em dia as duas entidades cooperam para o estabelecimento de instituições políticas no local. Assim como da cidade de Mostar são as mais evidenciadas, assim como a relação étnica com a mídia. A força dos partidos políticos nacionalistas, entretanto mostra uma falha primordial no Acordo, já que os atores que causaram o conflito e o seu discurso ainda estão em pauta na esfera política do país. Mostrando que o embate, que durante a guerra era em forma de violenta direta e bélico, se transformou para a órbita política, ainda presente no dia a dia da Bósnia.

O desenvolvimento de uma economia de mercado também é ponto frágil da implementação de Dayton, a instabilidade e a dependência de ajuda internacional demonstram tal ponto. Bem como o problema constante do desemprego, causado pela construção estrutural do país derivada do Acordo e da construção das entidades autônomas, é a falta de um governo central forte para executar reformas e medidas macroeconômicas que faz com que a situação econômica da Bósnia se mantenha estagnada.

O ponto que tange refugiados e deslocados internos se mostra o mais bem-sucedido, mesmo com a problemática do retorno das minorias na Bósnia, e a restituição de propriedades para grupos étnicos não reconhecidos. Entretanto, os números apresentados pela ACNUR revelam um êxito significativo das políticas públicas e cooperações internacionais voltadas para este assunto, ou para tópicos ligados a este assunto, como a reforma de infraestruturas no país.

O trabalho do Alto Representante para a Bósnia e da cooperação com a União Europeia, contudo são pontos que merecem a atenção, principalmente pela sua contradição. Após vinte e dois anos da assinatura do acordo poderíamos argumentar que a influência externa do Alto

Representante e seu Escritório não deveria ser mais necessária, mas o retorno do nacionalismo no âmbito político da Bósnia e Herzegovina indica exatamente o contrário, isto na verdade justifica a atual presença do EAR no país. O progresso da cooperação da União Europeia também fortalece a existência do Alto Representante, tenho em vista seus esforços com a Comissão Europeia para efetuar as reformas necessárias para a participação do país no grupo. No entanto, a adesão da Bósnia na UE não pode ser considerada como o único objetivo do país.

Levando em conta estes aspectos podemos considerar que a implementação do Acordo de Dayton é realizada, mas não é de fato efetiva. Inúmeras reformas ainda são necessárias para o completo funcionamento do Estado Bósnio, todavia, o cumprimento do Acordo de Dayton, dentro de suas inúmeras interpretações faz com que grupos nacionalistas provoquem um deadlock político no país que não apresenta solução. Mas para isto acontecer seria necessário a mudança do modelo de power-sharing estabelecido pelo Acordo, como também um desenvolvimento maior ao combate de partidos nacionalista.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS:

An Agenda for Peace: Preventive Diplomacy, Peacemaking and Peace-keeping. Report of the Secretary-General Pursuant to the Statement Adopted by the Summit Meeting of the Security Council on 31 Jan. 1992 Doc. A/47/277-S/2411 (17 June 1992).

AGUILAR, S., MATHIAS, A. Identidades e diferenças: o caso da guerra civil na antiga Iugoslávia. *Revista Brasileira de História & Ciências Sociais*. Campus de Marília, v. 4, n 8, p.438-454. Dezembro 2012

ARAUJO, Rodrigo Ulhoa Cintra de. **Sobre causas do desmembramento da Federação Iugoslava**. 2001. Dissertação (Mestrado em Ciência Política) - Faculdade de Filosofia, Letras e Ciências Humanas, Universidade de São Paulo, São Paulo, 2001. doi:10.11606/D.8.2001.tde-17042002-233019. Acesso em: 2017-11-15.

AZINOVIĆ, Vlado; BASSUENER, Kurt; WEBER, Bodo. **Assessing the potential for renewed ethnic violence in Bosnia and Herzegovina: A security risk analysis**. Sarajevo: Atlantic Initiative Democratization Policy Council, 2011.

BADSEY, Stephen; LATAWSKI, Paul (Ed.). **BRITAIN, NATO AND THE LESSONS OF THE BALKAN CONFLICTS 1991–1999**. London: Frank Cass, 2004.

BANNING, Tim. The ‘Bonn Powers’ of the High Representative in Bosnia Herzegovina: Tracing a Legal Figment. *Goettingen Journal Of International Law*, Göttingen, v. 2, n. 6, p.259-302, 2014.

BARTOS, Otomar; WEHR, Paul. **Regional Guide to International Conflict and Management from 1945 to 2003**. New York: Cambridge University Press, 2002.

BELANÇON, Leonardo. A Crise Política e a Desintegração da República Federativa Socialista da Iugoslávia. VII Congresso internacional de história, 2015, Maringá. Disponível em < www.cih.uem.br/anais/2015/trabalhos/1116.pdf > Acessado em 15/11/2017

BENSON, Mihcelle; KUGLER, Jacek. Power Parity, Democracy, and the severity of internal violence. *Journal Of Conflict Resolution*. [s. L.], p. 196-209. Abril 1998.

BERCOVITCH, Jacob; FRETTER, Judith. **Regional Guide to International Conflict and Management from 1945 to 2003**. Washington, D.c: Cq Press, 2007.

BIEBER, Florian; GALIJAL, Armina; ARCHER, Rory (Ed.). **Debating the End of Yugoslavia**. Surrey: Ashgate Publishing Limited, 2014.

BILDT, Carl. **DAYTON REVISITED: BOSNIA’S PEACE DEAL 20 YEARS ON**. London: European Council On Foreign Relations, 2015.

BOBBIO, N.; MATTEUCCI, N.; PASQUINO, F. **Dicionário de política**, vol. 1, 2008. Editora UnB, Brasília.

CARNAGIE CORPORATION OF NEW YORK, **Preventing Deadly Conflict: Final Report**, Nova Iorque, 1997

CHANDLER, David. **Bosnia, Faking Democracy After Dayton**. London. Pluto Press, 2000

_____. STATE-BUILDING IN BOSNIA: THE LIMITS OF 'INFORMAL TRUSTEESHIP'. *International Journal Of Peace Studies*, [s. L.], v. 1, n. 11, p.17-38, PRI/VER 2006. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/41852936>>. Acesso em: 23 nov. 2017.

CAMISAR, Adriana; DIECHTIAREFF, Boris; LETICA, Bartol; SWITZER, Christine. **An analysis of the Dayton negotiations and Peace Accords**. The Fletcher School of Law and Diplomacy, 2005.

CENTRO DI STUDI SUL PARLAMENTO, 2016, Roma. **TWENTY YEARS AFTER DAYTON. THE CONSTITUTIONAL TRANSITION OF BOSNIA AND HERZEGOVINA**. Roma: Luiss University Press, 2016. 164 p.

CHOSSUDOVSKY, Michel. Dismantling Former Yugoslavia: Recolonising Bosnia. *Economic And Political Weekly*, [s. L.], v. 31, n. 9, p.521-525, mar. 1996. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/4403857>>. Acesso em: 23 nov. 2017

CONCEIÇÃO, A. **Os Acordo de Dayton na prática**, O desafio dos setes primeiros anos de construção de um Estado multiétnico dividido ao meio, Rio de Janeiro, 2005

CONSELHO DE SEGURANÇA DA ONU. *Resolução 2384*. Index: S/RES/2384 2017 Disponível em: <http://www.un.org>

_____. Index: S/2017/379 Disponível em: <http://www.un.org>

DIXON, William J.. Third-party techniques for preventing conflict escalation and promoting peaceful settlement. *International Organization*, [s.l.], v. 50, n. 04, p.653-681, set. 1996. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/s0020818300033543>> .>

DIEHL, Paul F.; DRUCKMAN, Daniel; WALL, James; **International Peacekeeping and Conflict Resolution: A Taxonomic Analysis with Implications**. v. 42, n. 1, p. 33-55, fev. 1996. Sage Publications Inc. Disponível em < [ttp://jstor.org/stable/174552](http://jstor.org/stable/174552) >

DOBBINS, James et al. Bosnia and Herzegovina. In: DOBBINS, James. **Overcoming Obstacles to Peace: Local Factors in Nation-Building**. [s. L.]: Rand Corporation, 1999. p. 93-124. Disponível em: <<http://www.jstor.org/stable/pdf/10.7249/j.ctt3fgzrv.13.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2017

DONAIS, Timothy. **The Political Economy of Peacebuilding in Post-Dayton Bosnia**. Oxon. Routledge, 2005.

European Commission. **Bosnia and Herzegovina 2016 Report**. Bruxelas: European Commission, 2016. Disponível em: <https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2016/20161109_report_bosnia_and_herzegovina.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____ **Bosnia and Herzegovina 2015 Report.** Bruxelas: European Commission, 2015. Disponível em: < https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2015/20151110_report_bosnia_and_herzegovina.pdf>. Acesso em: 13 nov. 2017.

_____ **Bosnia and Herzegovina 2014 Report.** Bruxelas: European Commission, 2014. Disponível em: < https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2014/20141008-bosnia-and-herzegovina-progress-report_en.pdf> Acesso em: 13 nov. 2017.

_____ **Bosnia and Herzegovina 2013 Report.** Bruxelas: European Commission, 2013. Disponível em: < https://ec.europa.eu/neighbourhood-enlargement/sites/near/files/pdf/key_documents/2013/package/ba_rapport_2013_en.pdf

FAGAN, Adam. **EUROPE'S BALKAN DILEMMA: Paths to Civil Society or State-Building?**. Londres: Tauris, 2010.

GARFINKLE, Adam. Into the Shooting Gallery. **The National Interest**. [s. L.], p. 117-120. Não é um mês valido! 1995/96.

GALTUNG, Johan. Three realistic approaches to peace: peacekeeping, peacemaking, peacebuilding. **Impact Of Science On Society**, France, v. 26, n. 1/2, p.103-116, jan./abr. 1976.

GAWERC, Michelle I. Peace-building: Theoretical and Concrete Perspectives. **Peace**, v. 31, n. 4, p.435-478, out. 2006. Wiley-Blackwell. <http://dx.doi.org/10.1111/j.1468-0130.2006.00387.x>

GEDEON, Shirley J.; DJONLAGIC, Dzenan. Monetary Policy in Bosnia and Herzegovina Under the Currency Board Regime. **Eastern European Economics**, [s.l.], v. 47, n. 2, p.21-36, 1 mar. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2753/eee0012-8775470202>.

GIBBS, David N.. **First Do No Harm: Humanitarian Intervention and the Destruction of Yugoslavia**. Nashville: Vanderbilt University Press, 2009.

HOBBS, Thomas. *Leviatã: OU MATERIA, FORMA E PODER DE UM ESTADO ECLE.E CIVI*. 2. ed. São Paulo: MARTIN CLARET, 2008..

HOROWITZ, Donald L.. **Structure and Strategy in Ethnic Conflict**. Washington, D.c: Annual World Bank Conference On Development Economics, 1998.

INNES, Michael A. **Bosnian Security After Dayton**, New Perspectives. Oxon. Routledge, 2006.

KRIESBERG, Louis; DAYTON, Bruce W.. **Constructive Conflicts: From Escalation to Resolution**. 4. ed. Maryland: Rowman & Littlefield Publishers, 2012.

LEDERACH, John Paul. **Buiding Peace: Sustainable Reconciliation In Divided Societies**. Washington, D.c: United States Institute Of Peace Press, 1999.

_____, **The moral imagination: the art and soul of building peace**, 2005, Oxford University Press, Nova Iorque.

LIJPHART, Arend. **CONSTITUTIONAL DESIGN FOR DIVIDED SOCIETIES**. **Journal Of Democracy**, Washington, v. 15, n. 2, p.96-109, abr. 2004.

_____. **Thinking about Democracy: Power sharing and majority rule in theory and practice**. Nova Iorque: Routledge, 2008.

MARES, David R.. **Violent Peace: Militarized Interstate Bargaining in Latin America**. New York: Columbia University Press, 2001.

MESIĆ, Stipe. **The Demise Of Yugoslavia: A political Memoir**. Budapest: Central European University Press, 2004. Tradução: Milena Benini.

MIRASCIC, Goran. Current Economic Situation in Bosnia and Herzegovina. **Journal Of International & Global Studies**, St. Charles, v. 3, n. 1, p.32-46, 2011. Lindenwood University Press. Disponível em: <[http://www.lindenwood.edu/Archives/LindenwoodPublications_DigitalFormat/Journal of International and Global Studies/2011-2012/11.2011 Journal of International and Global Studies.pdf](http://www.lindenwood.edu/Archives/LindenwoodPublications_DigitalFormat/JournalofInternationalandGlobalStudies/2011-2012/11.2011JournalofInternationalandGlobalStudies.pdf)>. Acesso em: 18 nov. 2017.

MORTON, Jeffrey S. et al (Ed.). **Reflections on the Balkan Wars: Ten Years After the Break Up of Yugoslavia**. Hampshire: Palgrave Macmillantm, 2004

NYE JUNIOR, Joseph S.. **Understanding international conflicts: an introduction to theory and history**. 6. ed. Nova Iorque: Pearson Longman, 2007

NYSTUEN, Gro. **ACHIEVING PEACE OR PROTECTING HUMAN RIGHTS?: CONFLICTS BETWEEN NORMS REGARDING ETHNIC DISCRIMINATION IN THE DAYTON PEACE AGREEMENT**. Leiden/boston: Martinus Nijhoff Publishers, 2005.

OWEN, Col Robert C. (Ed.). **Deliberate Force A Case Study in Effective Air Campaigning: Final Report of the Air University Balkans Air Campaign Study**. Alabama: Air University Press, 2000.

PATRIOTA, Antonio de Aguiar. **O Conselho de Segurança após a Guerra do Golfo: A articulação de um novo paradigma de segurança coletiva**. 2. ed. Brasília: Fundação Alexandre de Gusmão, 2010.

POWER, Samantha. **GENOCÍDIO: a retorica americana em questão**. Tradução: Laura Teixeira. São Paulo. Compainha das Letras 2004.

PRINS, Gwyn. **The Heart of War: On power, conflict and obligation in the twenty-first century**. Nova Iorque: Routledge, 2002

RAMET, Sabrina P.. **Balkan babel: the disintegration of Yugoslavia from the Death of Tito to the Fall of Milošević**. Boulder: Westview Press, 2002.

RICHMOND, O. **Peace in international Relations**, 2008, Routledge, Nova Iorque.

ROTHMAN, J.; OLSON, M.; **From interests to identities:** Towards a New Emphasis in Interactive Conflict Resolution, *Journal of Peace Research*, Londres, vol. 38, no.3, pp. 289-305.

SEBASTIÁN-APARICIO, Sofía. **Post-War Statebuilding and Constitutional Reform:** Beyond Dayton in Bosnia. Nova Iorque: Palgrave Macmillan, 2014.

SMYTH, Marie Breen. **Truth Recovery and Justice after Conflict:** Managing violent pasts. Oxon: Routledge, 2007.

SPINI, Dario; ELCHEROTH, Guy; BIRUSKI, Dinka Corkalo (Ed.). **War, Community, and Social Change:** Collective Experiences in the Former Yugoslavia. Nova Iorque: Springer, 2014.

TANG, Shiping. The security dilemma and ethnic conflict: toward a dynamic and integrative theory of ethnic conflict. **Review Of International Studies**, [s.l.], v. 37, n. 02, p.511-536, 14 jul. 2010. Cambridge University Press (CUP). Disponível em: <<http://dx.doi.org/10.1017/s0260210510000616>>

U.N. Secretary-General, **47th Session. Report of the Secretary-General (A/47/277)** Official Record, New York, 1992.

VOORHOEVE, Joris. **From War to the Rule of Law:** peacebuilding after violent conflicts. Amsterdam: Amsterdam University Press, 2007.

WEBER, Cynthia. **International Relations Theory:** A critical introduction. 3. ed. Nova Iorque: Routledge, 2010.

WEYERSTRASS, Klaus. A Macroeconometric Model for Bosnia and Herzegovina. **Eastern European Economics**, [s.l.], v. 47, n. 5, p.61-90, 1 set. 2009. Informa UK Limited. <http://dx.doi.org/10.2753/eee0012-8775470504>

WOOLFORD, Andrew; RATNER, R.s.. **Informal Reckonings:** Conflict resolution in mediation, restorative justice and reparations. Oxon: Routledge-cavendish, 2008.

WOODWARD, Susan L.. **Balkan Tragedy:** Chaos and Dissolution after the Cold War. Washington D.C: Brookings Institution Press, 1995.

WORLD BANK. **Bosnia and Herzegovina Partnership Country Program Snapshot.** Sarajevo: Banco Mundial, 2016.

ZARTMAN, William; FAURE, Guy Olivier (Ed.). **Escalation and Negotiation in International Conflicts.** New York: Cambridge University Press, 2005.

ZUPCEVIC, Merima; CAUSEVIC, Fikret. **Case Study: Bosnia and Herzegovina.** Sarajevo: Banco Mundial, 2009